

**Gestão de Acervos e Políticas
Institucionais no Museu Municipal
Parque da Baronesa**

Pelotas, 2011

Helen Kaufmann Lambrecht

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Bacharelado em Museologia



Monografia

**Gestão de Acervos e Políticas Institucionais no Museu
Municipal Parque da Baronesa**

HELEN KAUFMANN LAMBRECHT

Pelotas, 2011.

HELEN KAUFMANN LAMBRECHT

**Gestão de Acervos e Políticas Institucionais no Museu
Municipal Parque da Baronesa**

Trabalho apresentado ao Curso de Bacharelado em
Museologia da Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em
Museologia

Orientador: Prof. Ms. Diego Lemos Ribeiro

Pelotas, 2011.

Banca examinadora:

Prof. Ms. Diego Lemos Ribeiro (orientador)

Prof^a. Dr^a. Carla Rodrigues Gastaud

Dedico esse trabalho aos meus pais Odomar e Lurdes, ao meu irmão Marcel e, ao meu amor Henrique, que sempre estiveram presentes me apoiando e incentivando.

Agradecimentos

Ao longo do período de graduação, muitas pessoas passaram pela minha vida, deixando marcas e lições, conhecimentos e crescimento pessoal. Nesse momento, agradeço direta e indiretamente a algumas delas.

Agradeço imensamente ao professor e orientador Diego Lemos Ribeiro, que com suas excelentes aulas de gestão de museus, me inspirou a escolher o tema desse trabalho, e que durante o período de construção do mesmo, sempre me incentivou e auxiliou. Agradeço pela dedicação e paciência na orientação, pelos elogios e pelas cobranças, que com certeza me fizeram crescer profissionalmente.

Gostaria de agradecer a todos os professores do curso de Bacharelado em Museologia, que durante esses anos, contribuíram para o meu crescimento intelectual e pessoal. Em especial, à Prof^a Carla Rodrigues Gastaud, à Prof^a Maria Leticia Ferreira Mazzucchi, e, ao Prof. Caiuá Cardoso Al-Alam, que com carinho e manifestação de dedicação, auxiliaram e muito em minha trajetória.

Sou grata à Annelise Costa Montone, diretora do Museu da Baronesa, que sempre abriu as portas do museu para mim, tanto durante o estágio voluntário quanto no estágio curricular, e esteve sempre pronta a me ajudar na pesquisa. Agradeço também a equipe de funcionários, estagiários e ex-estagiários do museu.

Aos meus colegas de graduação, obrigada por terem feito parte dessa minha caminhada. Tenho orgulho em dizer que fiz parte dessa turma. Nunca me esquecerei de vocês! Agradeço às amigas que fiz nesse período, especialmente, a minha colega e amiga Larissa, que sempre esteve ao meu lado durante esses anos e, no andamento da monografia, esteve sempre me encorajando e entusiasmando.

Agradeço ao meu namorado, Henrique, pelo apoio, compreensão, ajuda, paciência e por todo carinho ao longo deste percurso. Amo você!

Obrigada ao meu primo Christopher, pelas dicas e sugestões na construção da monografia e, àqueles que mesmo distantes torceram por mim.

Não poderia deixar de agradecer pela oportunidade de ter conhecido pessoas muito especiais durante esses quatro anos, em específico: Cristiéle de Souza, Luana Gonzales Bassa e Sheila Fleming.

Enfim, a todos que já falei, muito obrigada por acreditarem em mim.

“A preservação, conservação e gestão do acervo preenchem as responsabilidades públicas do museu e ajudam desta forma, a alcançar a missão do museu.”

(Nicola Ladkin)

Resumo

O presente trabalho analisou as aquisições de acervos realizadas pelo Museu Municipal Parque da Baronesa, do ano de 2005 até 2010. Foram observados os procedimentos de incorporação de objetos, relacionando-os à falta de políticas de aquisição e buscando realizar um diagnóstico dessa ação museológica. Para isso, inicialmente, realizou-se um levantamento histórico das gestões administrativas do museu – desde a sua criação em 1982 – para entender como a ausência de políticas institucionais pode influenciar no gerenciamento dos acervos, inclusive, notadamente, na aquisição de novos objetos.

Palavras-chave: gestão de museus, política de aquisição e descarte, acervo, Museu Municipal Parque da Baronesa.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PROCESSOS DA MUSEOLOGIA.	14
FIGURA 2: PLANO DE ORGANIZAÇÃO BÁSICO.....	15
FIGURA 3: PROCESSO DE GESTÃO TRATADO NO TRABALHO.	23
FIGURA 4: PROPOSTA DE ORGANOGRAMA DE 1997.	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 4: DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA GERADA NAS AQUISIÇÕES DO MUSEU. ..	25-26
TABELA 2: ANÁLISE DAS AQUISIÇÕES DO MUSEU – CARTAS DE DOAÇÃO	49-50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1: AS AÇÕES MUSEOLÓGICAS E A GESTÃO NOS MUSEUS....	12
1.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES ESSENCIAIS	12
1.2 HISTÓRICO DA GESTÃO NOS MUSEUS: GERENCIAMENTO DOS ACERVOS	16
1.2.1 QUANDO TUDO COMEÇOU?	16
1.2.2 MUDANÇA DE PARADIGMA	19
1.3 GESTÃO DE MUSEUS: OS BASTIDORES DO GERENCIAMENTO DOS ACERVOS	21
1.3.1 A RESPONSABILIDADE COMEÇA COM A AQUISIÇÃO	24
1.3.2 REGIMENTO: SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E POLÍTICA DE DESCARTE	26
CAPÍTULO 2: A GESTÃO DOS ACERVOS NO MUSEU DA BARONESA.....	32
2.1 O MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA: BREVE HISTÓRICO.....	32
2.2 Os CAMINHOS DO GERENCIAMENTO DE ACERVOS.....	33
2.2.1 QUAL A MISSÃO DO MUSEU?	33
2.2.2 O REFLEXO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO GERENCIAMENTO DOS ACERVOS... 37	
2.2.2.1 O INÍCIO (1982 A 1990)	38
2.2.2.2 NOVOS OLHARES (1991 A 2000)	40
2.2.2.3 DE 2001 ATÉ 2010: BUSCA POR ADAPTAÇÕES	44
2.3 ANÁLISE DAS AQUISIÇÕES: QUESTÕES PARA SE TER EM MENTE.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
FONTES PRIMÁRIAS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	62

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que atualmente, os museus vêm se preocupando cada vez mais com os padrões mínimos que regulam o fazer museológico, na medida em que surgem documentos que orientam o seu gerenciamento. Mas, ainda há a falta de adoção dessas normas museológicas no cotidiano de algumas instituições. Em resposta a isso, a nossa pesquisa surgiu pelo fato do objeto de estudo não possuir esses parâmetros e, por percebermos na prática rotineira, como é necessária a implementação desses documentos, para nortear as atividades do museu.

Essa pesquisa tem como tema central a gestão museológica, a qual pode ser definida como um amplo conjunto de demandas do museu, que tem como principal eixo, o gerenciamento dos acervos. Em linhas gerais, esse gerenciamento refere-se às atividades de organização e preservação dos objetos museais. Desta forma “preocupa-se com a preservação e a utilização do acervo, e registro de dados, e em que medida o acervo apoia a missão e propósito do museu” (LADKIN, 2004, p. 17).

O foco do nosso trabalho centra-se no regimento museológico, entendido aqui como uma das mais fundamentais ferramentas da gestão nos museus, constituindo-se em um documento detalhado do funcionamento das instituições e da utilização dos seus acervos. Por ser o regimento um amplo campo de normas e parâmetros, destacamos, em particular, a necessidade de os museus adotarem políticas de aquisição e descarte de acervos, assim como o estabelecimento da declaração de missão. A política de aquisição declara como se dará o ingresso de objetos no museu, sendo descritos os “componentes éticos e legais aos quais a aquisição deve obedecer” (LADKIN, 2004, p. 20), possuindo estreita relação com a missão do museu. Já a política de descarte – uma consequência da ausência de políticas de aquisição e de uma apropriada gestão de acervos – compreende uma avaliação pela qual passa o objeto após ter sido incorporado indevidamente, seja pelo motivo de estar fora do contexto do museu, ou por estar em estado de conservação irreversível.

Abordamos essas questões a partir de referenciais teóricos, mencionando como se deve gerenciar um museu, em termos de políticas institucionais, e como a falta destas, causa empecilhos ao saudável gerenciamento.

Como arcabouços teóricos, destacamos a importância da adaptação por parte dos museus sobre as orientações legais hoje existentes no Brasil, tais como: o Estatuto de Museus

(Lei 11.904) e o Código de Ética para Museus do ICOM¹. A nosso ver, esses são os documentos mais relevantes no que se refere aos parâmetros mínimos e essenciais para o funcionamento das instituições museológicas. Esses apontam que todos os museus devem ter, em seu regimento, uma política clara de aquisição e descarte de acervos. As instituições sem esses instrumentos básicos passam a sofrer de enfermidades, como por exemplo, aquisições indevidas, gerando um acúmulo de objetos e podendo levar a uma prática complexa de política de descarte.

A instituição pesquisada foi o Museu Municipal Parque da Baronesa, localizado na cidade de Pelotas, que através do seu acervo, busca mostrar a história da sociedade pelotense no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX. A ideia da pesquisa surgiu devido ao meu estágio voluntário no museu, que realizei entre os anos de 2008 e 2010. Durante o período de estágio e através do conhecimento empírico adquirido, uma análise prévia mostrou que a instituição não possuía os documentos básicos (regimento, política de aquisição e descarte) para a regulamentação e uma adequada gestão da instituição.

Como já referido, esse trabalho apresenta como objetivo analisar as aquisições do museu, apontando possíveis incompatibilidades com a proposta da instituição e com os fatores gerenciais que precisam ser considerados no processo de aquisição de acervos, observando as potencialidades e carências, e, indicando soluções para os lapsos encontrados. Metodologicamente, agimos de forma a mapear os diversos esboços de propostas de missão e a gestão dos acervos, desde a sua criação, em 1982, e relacionamos com as políticas institucionais a serem adotadas para o gerenciamento dos acervos, como o regimento e as políticas de aquisição e descarte. Vale grifar que o museu não possui uma declaração de missão formalizada, apenas rascunhos que foram sendo criados. Devido a isso, foi necessária uma análise desses esboços para chegar a um mapa mais nítido sobre qual seria a missão determinante do museu, e, assim, conseguir realizar a comparação com as aquisições.

Como procedimento metodológico, utilizamos a documentação administrativa, contendo ofícios, atas, decretos e documentos em geral, e, a documentação museológica, com termos de empréstimos de objetos e cartas de doações, além de informações orais da atual diretora e da ex-diretora do museu.

Partimos de uma análise dessa documentação, que segundo Julião (2006) é um dos níveis de trabalho investigativo nos museus, no qual a documentação museológica se consubstancia como uma identificação, classificação, organização de ideias e traz a

¹ Conselho Internacional de Museus.

possibilidade de levantamento de dados históricos dos objetos e, sobretudo, das mentalidades por detrás dessas ações. Essa consulta à documentação museológica estabelecerá uma visão sobre as aquisições do museu, no período de análise estipulado: a administração de Annelise Montone, do ano de 2005 até 2010. Optamos por esse recorte temporal, pois parte dele foi presenciado pela pesquisadora. Já a documentação administrativa nos auxiliou a estabelecer a historicidade dos procedimentos utilizados pelo museu para lidar com o seu acervo.

A relevância desta pesquisa se fundamenta por se inserir nos debates sobre as reflexões museológicas que brandem acerca do gerenciamento do patrimônio histórico e cultural, umas das principais premissas da museologia contemporânea. Almejamos que a mesma possa servir como base para a investigação sobre as práticas relacionadas aos cuidados dos nossos bens.

O trabalho foi estruturado em dois capítulos. No primeiro, apresentamos um arrazoado conceitual acerca dos museus e da museologia, abordando, sobretudo os preceitos de salvaguarda, para um melhor entendimento sobre os processos da gestão nos museus. Em seguida, apresentamos um histórico do gerenciamento dos acervos e como vários métodos são adotados ainda hoje, como um reflexo dessa herança. Abordamos também as preocupações em relação à gestão dos museus e ao gerenciamento dos acervos atualmente, adentrando em algumas das ferramentas dessa gestão, de forma a apontar para a sua importância para a saúde institucional do museu.

No segundo capítulo, partimos para o objeto da pesquisa: o Museu Municipal Parque da Baronesa. Através da documentação do museu e de informações orais, realizamos um levantamento das gestões que o mesmo já teve, apontando como foi o gerenciamento dos acervos. A partir das referências teóricas abordadas no capítulo 1, analisamos as aquisições do museu, assinalando o reflexo ocasionado pela falta de políticas para tal ação.

CAPÍTULO 1: AS AÇÕES MUSEOLÓGICAS E A GESTÃO NOS MUSEUS

Neste capítulo inicial, apresentamos alguns conceitos estruturadores sobre a área museológica, para o melhor entendimento do tema proposto no trabalho: a gestão nos museus, com foco no gerenciamento dos acervos.

1.1 – Algumas definições essenciais

“Os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes.”²

Os museus desse ponto de vista são canais de diálogo entre o patrimônio e o público, sendo a preservação³ uma de suas missões fundamentais, desempenhada através de ações museológicas, realizadas por profissionais de museus.

Peter Van Mensch (1994) define a Museologia como sendo um conjunto de teorias e práticas voltadas para o cuidado e uso da herança cultural e natural. Já no entendimento de Waldisa Russio, a Museologia é o estudo do fato museal, que se configura como:

“(...) a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu” (GUARNIERI, 1990, p.7).

A gestão nos museus, na sua dimensão conceitual, visa harmonizar esses três elementos expostos por Guarnieri (1990): homem, objeto e cenário. Em sua forma aplicada, a gestão possui como principal eixo, o gerenciamento dos acervos, que de acordo com Ladkin (2004), também é de fundamental importância para a organização, preservação e

² Definição de Museu do ICOM (Conselho Internacional de Museus). Disponível em: <www.icom.org.br/codigoetica/ICOM2006.pdf>.

³ Entendemos aqui a preservação como sendo as medidas realizadas para proteger um bem contra a perda.

desenvolvimento dos objetos nas instituições museológicas, preocupando-se com a sua segurança, utilização e registro.

Partindo dessas acepções, tendo como tema central dessa pesquisa a gestão museológica, a definimos como uma das metodologias fundamentais da Museologia. Em sua aplicação, entendemos a gestão museológica como um amplo “conjunto total de demandas e responsabilidades associadas ao gerenciamento de acervos” (RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVES AND LIBRARIES, 2004, p. 39). Entendemos que esse gerenciamento se refere a todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento, organização e preservação do acervo.

A preservação é uma função estrutural dos museus. A salvaguarda – entendida como uma estratégia de preservação – tem estreita relação com o processo de aquisição de objetos, que é a entrada de novos itens no museu. A gestão dos acervos convém, nesse momento, para regular o procedimento de musealização dos objetos adquiridos e, também, como se dará a salvaguarda e a extroversão da informação sobre tais objetos. Aos procedimentos técnicos e científicos pelos quais estes passam, chamamos de musealização, que é uma forma de preservação do patrimônio cultural⁴.

Para percebermos melhor esses procedimentos, utilizamos o esquema (Fig. 1):

⁴ Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (2009) entende-se por patrimônio cultural toda produção humana, tanto de ordem emocional, intelectual, material como imaterial, independente de sua origem, época ou natureza, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia.

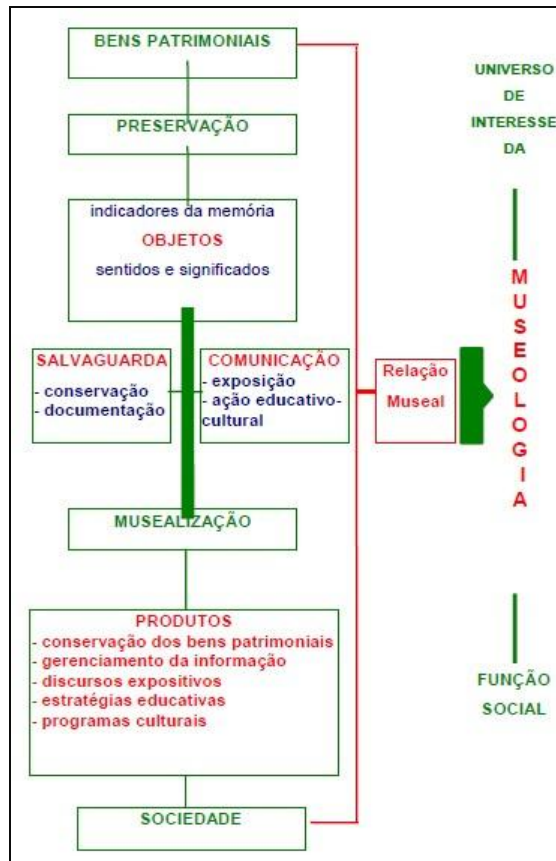


Figura 5: Processos da Museologia. Fonte: Bruno, 1996a.

Esclarecendo esse esquema através do nosso entendimento, os objetos (bens patrimoniais) precisam de cuidados ou “cura”⁵, precisam ser preservados, através de procedimentos de salvaguarda. No processo de patrimonialização⁶, os objetos passam pela conservação e documentação, para após, serem instrumentos de comunicação através de exposições e ações educativas. Esses procedimentos de salvaguarda e comunicação, são entendidos na Museologia, como processo de musealização; além de ser uma ação museológica pelo qual passa o objeto após ser adquirido pela instituição, sendo pesquisado, documentado, conservado, implicando a preservação. Ainda, perpassa por procedimentos técnicos e teóricos. Ou seja, não basta o objeto entrar no museu, ele deve passar por medidas técnicas e teóricas para se tornar um documento, sendo criados significados e valores, para assim ser um suporte de informação, gerar conhecimento e possibilitar a comunicação com o público. Sendo assim:

⁵ A palavra “cura” traz a ideia de curadoria, conceito amplamente usado no universo museológico, e que explicaremos melhor adiante.

⁶ Consideramos o termo “patrimonialização” como um sinônimo de “musealização”.

“Objetos de museus são objetos separados de seu contexto original (primário) e transferidos para uma nova realidade (o museu) a fim de documentar a realidade da qual foram separados. Um objeto de museu não é só um objeto em um museu. Ele é um objeto coletado (selecionado), classificado, conservado e documentado. Como tal, ele se torna fonte para a pesquisa ou elemento de uma exposição” (LOUREIRO J; LOUREIRO M, 2007 apud Mensch, 1992).

Sendo, então, a musealização regida pelas políticas de gestão dos acervos, alguns autores consideram a curadoria também como um instrumento da gestão nos museus. Como é o caso de Edson e Dean (1996), que em seu plano de organização básico de uma estrutura de gestão, citam a curadoria como parte do gerenciamento dos acervos, sendo um processamento das coleções, como podemos ver a seguir (Fig. 2):

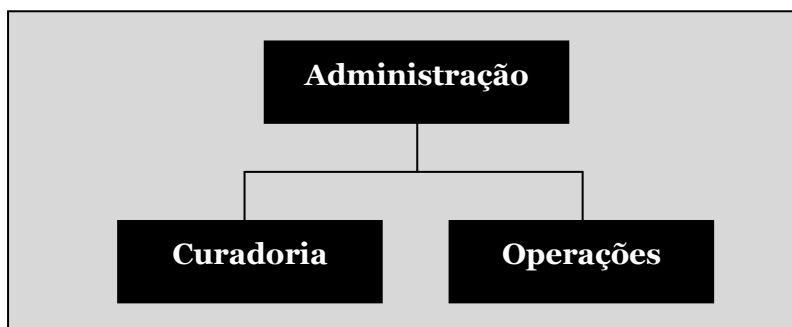


Figura 6: Plano de organização básico. Fonte: Edson; Dean, 1996.

Gostaríamos de atentar para o fato de que a acepção de curadoria é muito complexa e varia muito de instituição para instituição, dependendo da sua política e do seu contexto ou realidade museológica. Utilizaremos a definição de curadoria nesse trabalho, como uma forma de gerenciar os acervos, que pode até mesmo confundir-se com o processo de musealização.

Alguns museus consideram a curadoria, como ações de gerenciamento dos acervos e coleções, como é o caso da estrutura apontada acima, onde esses passam por seleção, estudo, salvaguarda, e comunicação, havendo aí uma semelhança com a musealização. Para Bruno (2008), a curadoria procede à “cura” das coleções, são “atitudes de observar, coletar, tratar e guardar que, ao mesmo tempo, implicam em procedimentos de controlar, organizar e administrar” (BRUNO, 2008, p. 16), sendo um trabalho interdisciplinar, dando sentido social aos objetos.

Atualmente, e segundo Bruno (2008), a curadoria vem sendo mais aplicada e visível nas instituições nos procedimentos expográficos. Mas, embora a curadoria seja mais aplicada nas exposições, devemos vê-la de forma mais ampla. Portanto, a curadoria

“deve articular as noções de ‘olhar reflexivo’, ou seja, aquele que permite a percepção, a seleção, a proteção e a exposição de evidências materiais da cultura e da natureza e o domínio sobre o conhecimento de coleções e acervos” (BRUNO, 2008, p. 21).

Sendo assim, os processos curatoriais são relacionados também à comunicação museológica. “Ora entendida como a prática de organizar mostras específicas, ora como um conjunto de técnicas objetivando a conservação de objetos” (SANJAD; BRANDÃO, 2008, p. 25). Trataremos a curadoria aqui, como um dos processos de gestão das coleções.

Por fim, concordamos com Edson e Dean (1996) quando afirmam que “cada museu é único e deve definir as suas próprias práticas de operação dentro das limitações com os cuidados de coleta adequada, manutenção e interpretação” (EDSON; DEAN, 1996, p. 50, tradução nossa). Então, para regular tanto a gestão do museu e o gerenciamento dos acervos, quanto os procedimentos museais, os museus necessitam de políticas de gestão que deixem claro a sua estrutura e suas ações, para que assim, a instituição possa ter um marco referencial.

1.2 - Histórico da Gestão nos Museus: Gerenciamento dos Acervos

Mostramos aqui um embasamento teórico sobre o histórico da gestão, mostrando possíveis métodos utilizados nos primeiros locais que podem ser considerados como um gerenciamento dos acervos, trazendo fatores históricos que persistem até hoje e afetam a gestão museológica.

1.2.1 – Quando tudo começou?

Podemos dizer que as atividades de gestão de acervos têm as suas raízes nos gabinetes de curiosidades⁷ e nos antiquários do Renascimento – que podem ser considerados como os museus primogênitos – e, nos primeiros grandes museus europeus. Pois, mesmo de forma embrionária já havia algumas atividades de curadoria e musealização, como a coleta, a guarda, uma proto-organização e a comunicação.

⁷ Abordaremos mais para frente sobre os gabinetes de curiosidades.

A partir do século XV, começa-se a coletar objetos da natureza e artefatos materiais, sobretudo através de pilhagens e saques realizados em viagens marítimas e expedições ou em escavações. De acordo com Pomian (1997), essa vontade por colecionar deve-se ao fato de que certos objetos transmitem um prazer estético e permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. Os proprietários dessas peças possuíam um prestígio, um poder, e o fato de recolher os objetos, tinha também a finalidade de acumular riquezas, levando esses objetos a serem considerados como símbolos de ostentação, como assinala Bruno (1996b).

Entendemos, então, a coleta através de pilhagens e os saques como uma proto-aquisição⁸, que acarretou a formação de coleções, impulsionou o colecionismo, reforçando o hábito de colecionar antiguidades.

Essas coleções de quadros, esculturas, objetos de arte e relíquias datam da Grécia Antiga e da Roma, como assinala Costa (2006), afirmando que na Idade Média, podíamos encontrá-las em mosteiros e igrejas, e no Renascimento, nos palácios dos soberanos e grandes senhores. Pomian (1997) complementa a ideia de Costa (2006) dizendo que os objetos nas igrejas e abadias eram numerosos, pois ao instituir um estabelecimento religioso, esse deveria ser repleto de relíquias, o que sujeitava a formação de catálogos das peças.

Essas coleções fizeram com que locais específicos para a guarda surgissem como aponta Pomian (1997) dizendo que “levantam-se ou arranjam-se paredes para aí dispor as obras [citando pinturas como exemplo]” (POMIAN, 1997, p. 52), aparecendo então, os chamados gabinetes de curiosidades.

Segundo Raffaini (1993), os gabinetes de curiosidades continham uma grande diversidade de objetos. Em alguns desses locais, havia catálogos e inventários contendo mínimas informações sobre os itens e a divisão desses em categorias como *Naturalia* (objetos oriundos da natureza) e *Mirabilia* (objetos confeccionados pelo homem). Essas classificações foram sendo melhoradas e se tornando mais complexas com o passar do tempo, seguindo os paradigmas e contextos históricos. Percebemos então, que já existia uma apreensão em organizar esses objetos que eram coletados.

Além da preocupação com a organização, Bruno (1996b) complementa a ideia de Raffaini (1993), pronunciando que já havia nesses locais um caráter de seleção, possuindo essas coleções uma relação embrionária com a pesquisa e com o próprio processo de musealização. De acordo com a autora, quando surgiu o colecionismo, esse foi uma primeira

⁸ Proto-aquisição, pois acreditamos ser uma aquisição sem institucionalização, sendo inexistentes as demandas de normas e procedimentos reconhecidos.

tentativa de sistematização de objetos do passado, já havendo então a noção de semióforos⁹, sendo os objetos passados por uma transformação, recebendo significados e sendo expostos ao olhar. Podemos considerar essa afirmação de Bruno (1996b), como um indicador de que havia, em sua essência, uma potencialidade de musealização.

Em termos de aquisição, podemos observar que nesses locais primava essencialmente a lógica da quantidade e valor estético ou estranheza, pois como citado anteriormente, quem possuía mais, mais poder detinha. De acordo com a bibliografia da área, não havia tanta preocupação com a preservação, influenciando na má conservação dos objetos, pois, de maneira geral, devido ao amplo número de itens, esses eram amontoados e mal acondicionados. Através dos parâmetros da Museologia contemporânea, podemos apontar para a questão de que os fatores gerenciais dos acervos relacionados com a preservação existiam apenas de forma rudimentar, uma vez que havia uma quantidade enorme de objetos, dos mais diversos materiais, prejudicando na conservação, e a documentação desses objetos, era no máximo uma listagem ou catálogo com mínimas informações.

A partir do século XVII, surgem as coleções científicas, que permitem a busca do conhecimento e do saber. Percebemos então uma distinção:

“As coleções que, para os membros do meio intelectual e artístico, são instrumentos de trabalho e símbolos de pertença social, são para os detentores do poder insígnias da sua superioridade” (POMIAN, 1997, p. 79).

Segundo Julião (2006), com o surgimento das coleções científicas, acaba por ser abandonada assim, a mera função de curiosidade, voltando-se para a pesquisa. Nesse sentido, a nosso ver, surgem então, os primeiros passos do que hoje entendemos como musealização, sendo incorporados os procedimentos de organização e pesquisa, além de incrementação das metodologias de coleta.

Em termos comunicacionais, essas coleções, segundo Pomian (1997), eram vistas apenas por quem os proprietários deixassem ver, ou seja, havia um afastamento e apenas privilegiados tinham acesso, enquanto a maioria da população as desconheciam. Da mesma forma, afirma também Julião (2006), dizendo que “destinavam-se à fruição exclusiva de seus proprietários e de pessoas que lhe eram próximas” (JULIÃO, 2006, p. 24). Mas no século XVII, devido à demanda de pessoas que gostariam de ter livre acesso a esses bens, são

⁹ Através de Pomian (1997), entendemos os semióforos, como os objetos dotados de um significado e que não são manipulados, não sofrem usura, mas são expostos ao olhar.

fundadas bibliotecas públicas e museus. Diferentemente das coleções particulares – nas quais os objetos se dispersam após a morte do colecionador – os museus são permanentes, assumindo a conservação, exposição e tutela dos objetos, e abertos ao público.

1.2.2 - Mudança de paradigma

Com a Revolução Científica e quando as primeiras coleções adentram na lógica universitária, entre os séculos XVII e XIX, começa a preocupação com a preservação e a investigação dos objetos, sendo construídas teorias para a classificação e a pesquisa. Em contexto europeu, essas coleções deixam de ser de ordem privada e passam a ser do Estado, tornando-se muitas delas, museus.

Anteriormente, os objetos eram apenas expostos ao olhar, sendo pouco contextualizados. A partir desse momento, tornam-se objetos de estudo, sendo agregados a eles, significados através de pesquisas.

Segundo Bittencourt, Fernandes e Tostes (1995) quando surgem os museus modernos, a partir do século XVIII, esses se dedicam a recolher, preservar e expor os objetos museológicos. Corroborando com essa ideia, Bruno (1996b) também afirma que os museus começam a se estruturar, sendo publicados catálogos e folhetos; os objetos passam a ser organizados de acordo com a sua tipologia; surge a preocupação com a conservação e passam a ser abertos ao público. Aparecem nesse período, duas características para essas instituições: “museu como local público e museu como local de aprendizagem” (BRUNO, 1996b, p. 297). Com base em Bruno (1996b), nesse momento, podemos destacar que surge nas instituições um embrionário gerenciamento dos acervos, pois não bastava mais apenas possuir. Foram se desenvolvendo alguns processos de investigação e ordenação, havendo cuidados com iluminação, segurança e organização espacial, assim como a sistematização na escolha e coleta dos acervos.

Grande parte das coleções presentes nos gabinetes de curiosidades, são doadas às universidades, como aponta Raffaini (1993), passando a serem organizadas com propósitos científicos, e os museus passam a assumir o papel de instituições de pesquisa, “destinadas à elaboração do conhecimento baseado em observações, pesquisas e construções teóricas” (POSSAS, 2005, p. 159).

Assim, no século XIX:

“Expedições científicas percorriam os territórios colonizados, com o objetivo de estudar seus recursos naturais e sua gente, e de formar coleções referentes à botânica, zoologia, mineralogia, etnografia e arqueologia, que seriam enviadas para os principais museus europeus” (JULIÃO, 2006, p. 21).

Percebemos que há uma mudança em relação aos objetos que são recolhidos, passando esses a ser motivo de busca de conhecimento e tornando as ações curatoriais presentes no campo das instituições de ciência, como afirma Bruno (2008):

“o conceito de curadoria surgiu influenciado pela importância da análise das evidências materiais da natureza e da cultura, mas também pela necessidade de tratá-las no que corresponde à manutenção de sua materialidade, à sua potencialidade enquanto suportes de informação e à exigência de estabelecer critérios de organização e salvaguarda. Em suas raízes mais profundas articulam-se as intenções e os procedimentos de coleta, estudo, organização e preservação” (BRUNO, 2008, p. 17).

Cabe frisar, no entendimento de Bruno (1996b), que no início do século XX, algumas instituições começam a estabelecer critérios para a guarda e controle dos seus acervos, pois muitos museus acabaram por possuir um número enorme de objetos, que cresceu de forma descontrolada devido à difusão do colecionismo. As ações curatoriais, surgem nos museus de artes, mas ainda reduziam-se apenas aos procedimentos de estudos (pesquisas) e salvaguarda (conservação e documentação). Já “na contemporaneidade, essas ações subsidiam também os processos de extroversão dos bens patrimoniais, consolidando ações de comunicação e educação” (BRUNO, 2008, p. 18).

Atualmente, a lógica de aquisição nos museus tenta diferir das coleções de antigamente, sendo relacionados a diversos fatores e critérios, tanto aquisitivos quanto preservacionistas e contextuais. Qualquer objeto pode tornar-se um objeto museológico, mas antes deve haver uma decisão sobre a incorporação, por parte do diretor do museu e da comissão técnica¹⁰, baseando-se em diretrizes que permitam identificar e selecionar os objetos que interessem a instituição. Essas diretrizes são conhecidas por política de aquisição de acervos¹¹.

¹⁰ Sobre a definição de comissão técnica ou comissão de acervos, ver 1.3.2.

¹¹ Retomaremos o assunto no 1.3.1.

Gostaríamos de apontar para o fato de que a herança dos Gabinetes de Curiosidades, Antiquários ou dos primeiros museus, persiste até hoje. Ainda perdura a quantidade em detrimento da qualidade, aquisições sem critérios de seleção, pois muitos museus ainda não possuem políticas de aquisição, gerando assim, reservas técnicas¹² com feição de depósitos, objetos mal conservados e mudos, ou seja, sem passarem pelo processo de musealização, apenas expostos ou “guardados”. Entretanto, essa situação vem se revertendo na atualidade. Há preocupações em relação ao gerenciamento dos acervos, como abordaremos a seguir, adentrando em algumas das ferramentas da gestão, mostrando sua importância para a saúde institucional do museu.

1.3 – Gestão de Museus: Os Bastidores do Gerenciamento dos Acervos

“170 milhões de itens a serem preservados”

(Nascimento)¹³.

Começamos esse sub-capítulo, com essa informação dada por José do Nascimento Junior sobre o número de itens que o Brasil possui nos seus museus¹⁴. Sobre esse dado, levantamos aqui algumas questões como: Os museus estão utilizando-se das ferramentas necessárias para a sua regulamentação e sistematização do acervo? Há critérios de seleção ou os museus estão adquirindo tudo que lhe é oferecido? Há políticas e estatutos nas instituições que orientam essas questões?

Como vimos anteriormente, os critérios utilizados para a aquisição dos objetos, tradicionalmente seguiu um paradigma, pelo seu caráter exótico, curioso ou estético, ou pelo simples fator quantitativo ou de enriquecimento do museu. Não havia um embasamento em forma de uma política que guiassem essas ações. E em relação a outros fatores gerenciais, esses eram insuficientes.

¹² Local adequado para o armazenamento do acervo do museu que não se encontra em exposição.

¹³ Entrevista concedida por José do Nascimento Junior (presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)) ao Jornal O Globo, em 11 de Maio de 2009.

¹⁴ Número de objetos estimados em 2009. Não sabemos afirmar a quantidade atual, mas acreditamos que essa estimativa tenha aumentado.

Devido à confecção de documentos essenciais no campo dos museus, hoje, no contexto brasileiro, possuímos orientações¹⁵ que auxiliam numa adequada gestão das instituições. Percebemos, de acordo com a declaração de Tostes (2005), que as discussões atuais sobre o estabelecimento de políticas, são mundiais:

“Em todos os países, os museus e seus órgãos tutores governamentais ou associações mantenedoras privadas percebem que não podem arcar com o crescente custo de manutenção das coleções. Essa situação vem forçando, cada vez mais, o estabelecimento de uma política que defina o que deve ou não ser anexado às coleções museológicas, o que deve ou não ser renovado. A falta de planejamento para aquisição e descarte de acervo coloca os museus diante de reservas abarrotadas de itens que ali ficam sepultados” (TOSTES, 2005, p.76).

A questão contemporânea consiste em refletir sobre essa herança. É preocupante, pois, os museus não possuindo diretrizes e políticas que sustentem seus alicerces, que regulem os seus acervos, faz com que novos objetos sejam incorporados sem critérios definidos e aceitos, o que gera um precário gerenciamento e falta de espaço nas instituições para o armazenamento desses itens.

Por detrás dos objetos em exposição, existem ferramentas internas, que ajudam na estrutura dos museus, dão base e gerenciam os seus acervos, sendo alguns deles: regimento, política de aquisição e política de descarte, documentos essenciais para uma saudável política de gestão. Esses instrumentos devem ser estabelecidos nos museus, contribuindo assim para a saúde e preservação do seu acervo.

“A parte mais difícil de manter em um museu é o cuidado e o uso adequado das coleções (...). O cuidado das coleções é a responsabilidade primária de todos os museus. (...). As obras de arte, de história natural, artefatos indígenas, ou artigos de uso comum exigem o mesmo cuidado especial quando colocado sob a custódia do museu” (EDSON; DEAN, 1996, p. 67, tradução nossa).

De acordo com o Estatuto de Museus (2009), podemos dizer que a gestão perpassa por vários eixos que devem estar escritos e sistematizados no interior dos museus:

- Programa de Acervos
- Programa de Exposições

¹⁵ Estatuto de Museus e o Código de Ética para Museus do ICOM.

- Programa Educativo e Cultural
- Programa de Pesquisa
- Programa Arquitetônico
- Programa de Financiamento e Fomento
- Programa de Difusão e Divulgação

Abordaremos nesse trabalho, como já sinalizado, alguns processos decorrentes do programa (ou gerenciamento) de acervos. Nesse eixo, estão centradas as políticas de gestão do acervo e as políticas de aquisição e descarte.

Uma política de gestão do acervo, segundo Edson e Dean (1996), é uma declaração detalhada, por escrito, que enuncia o objetivo do museu e seus objetivos e metas na atividade com o acervo, sendo como instância desse documento as políticas de aquisição e descarte, na qual essas delineiam como se concretizará a aquisição e descarte de objetos do museu.

Para uma melhor visualização de todo esse processo de gestão, apresentamos esse esquema (Fig. 3):

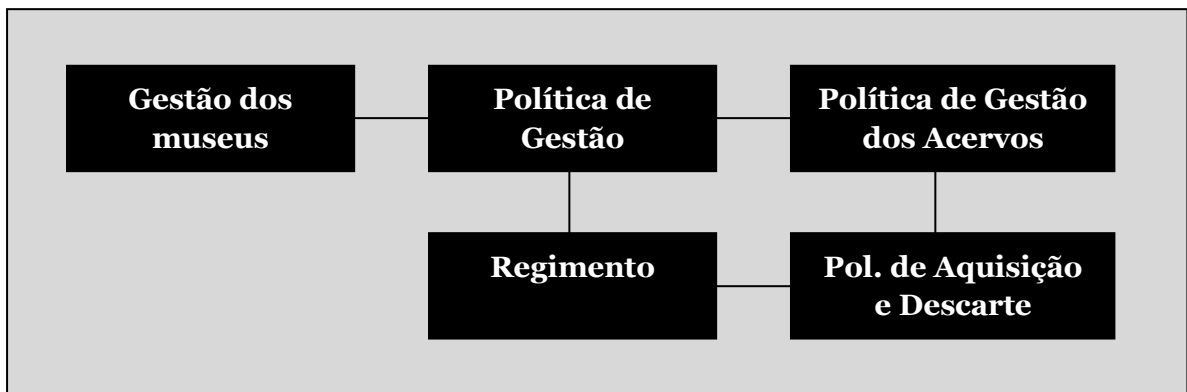


Figura 7: Processo de gestão tratado no trabalho. Fonte: Elaborado pela autora.

A gestão dos museus compreende todos os processos relacionados à instituição e seus acervos. Sendo assim, é necessário que os museus delineiem políticas que não sirvam apenas como um guia para os funcionários, mas, como uma declaração pública das normas do museu para com os objetos consentidos sob seus cuidados.

Buscaremos relacionar a seguir, as ferramentas citadas da gestão: regimento e política de aquisição e descarte, com seus reflexos em termos de aquisição de objetos, pois esses instrumentos tracejam e orientam essa ação de salvaguarda.

1.3.1 - A responsabilidade começa com a aquisição

Cabe aqui primeiramente, fazer uma distinção entre a aquisição e as políticas de aquisição. De acordo com Bittencourt, Fernandes e Tostes (1995) a aquisição é uma ação de incorporação de novos objetos para a coleção do museu, já a política de aquisição, são os parâmetros que caracterizam e ordenam essa busca de objetos museológicos, com relação à tipologia e proposta do museu.

Entendemos que “o acervo constitui-se na primeira responsabilidade de um museu, pois é através de sua aquisição, interpretação e dinamização que ele se comunica, desenvolvendo sua proposta cultural” (CAMARGO-MORO, 1986, p. 17). Os museus devem incorporar objetos ao seu acervo adequadamente. Esses precisam ser sistematizados, avaliados e bem documentados, sendo assegurado ao doador o seu armazenamento e conservação, que é a obrigação essencial concedida pelo museu quando é aceito um objeto.

As formas mais comuns de aquisição são:

- Coleta de campo (arqueologia)
- Compra
- Doação
- Empréstimo ou comodato¹⁶
- Legado¹⁷
- Permuta¹⁸
- Transferência

Sendo a salvaguarda um dos principais objetivos dos museus, segundo o Código de Ética para Museus (2006), devemos atentar a algumas questões antes de adquirir qualquer objeto. Primeiramente, os museus precisam de uma política de aquisição clara e de acordo com a sua missão. Se o objeto a ser doado não condiz com o contexto do museu, esse não deve ser aceito, como alega Camargo-Moro (1986), ao afirmar que muitas vezes as coleções podem ser adequadas a proposta de um museu, mas em outros casos, existe grande discrepância entre os objetos e a missão do museu. Os museus devem atentar a isso, pois, se

¹⁶ Em casos de comodato, o objeto continua sendo do doador, mas fica sob responsabilidade do museu.

¹⁷ Coleção privada que é doada para o museu após a morte da pessoa, sendo a vontade da mesma expressa em testamento.

¹⁸ Troca de objetos entre instituições.

“uma coleção que nada tem a ver com aquele assunto é adquirida ou doada. (...) nasce uma instituição esdrúxula” (CAMARGO-MORO, 1986, p. 18).

Antes de aceitar a doação, deve-se pesquisar sobre a procedência do objeto, se possível, desde a sua produção, para que em caso de roubo o museu não se envolva e, também para atestar a veracidade das informações do mesmo. Nesse sentido, o Código de Ética para Museus (2006) explica que se deve assegurar que o objeto não tenha sido adquirido ilegalmente. “Deve sempre observar se a documentação está correta, a sua autenticidade, o estado de conservação.” (COSTA, 2006, p. 33).

Sintetizando e afirmando, “todo tipo de aquisição deve ser avaliada em termos de objetivos, propostas e missão do museu, e deve ficar dentro das limitações espaciais e financeiras da instituição” (EDSON; DEAN, 1996, p. 34, tradução nossa).

Deve-se adquirir o máximo de informações possíveis sobre o objeto, tendo assim uma adequada documentação variando de acordo com a forma de aquisição, como podemos perceber a seguir (Tab. 1):

Tabela 1: Documentação Museológica gerada nas aquisições do museu.

Coleta de Campo	Compra	Doação
Recibo de Entrada ¹⁹	Recibo de Entrada	Recibo de Entrada
Ficha de campo (preenchida pelo pesquisador em campo)	Laudo Técnico	Laudo Técnico
Termo de doação	Ficha Catalográfica	Termo de doação
Laudo Técnico ²⁰	Registro no Livro Tombo	Ficha Catalográfica
Ficha Catalográfica ²¹		Registro no Livro Tombo
Registro no Livro Tombo ²²		
Empréstimo de curto prazo	Empréstimo a longo prazo ou comodato	Legado
Recibo de Entrada	Recibo de Entrada	Recibo de Entrada

¹⁹ Ficha inicial do objeto, identificando e registrando o objeto com um número, preenchida no momento em que o objeto entra no museu.

²⁰ Laudo especificando o estado de conservação inicial do objeto.

²¹ Ficha com informações extensivas sobre cada objeto do museu.

²² Documento onde são registrados todos os objetos do acervo do museu. Ele deve conter uma série de informações como: n.º de registro; descrição do objeto; procedência; forma de aquisição; estado de conservação; observações.

Termo de empréstimo a curto prazo	Laudo Técnico	Laudo Técnico
Laudo Técnico	Contrato de comodato	Contrato de comodato
Termo de saída	Ficha Catalográfica (com numeração diferente da do acervo do museu)	Ficha Catalográfica (com numeração diferente da do acervo do museu)
	Não registrar no livro tomo	Não registrar no livro tomo

Permuta	Transferência
Recibo de Entrada	Recibo de Entrada
Laudo Técnico	Laudo Técnico
Termo de permuta	Termo de transferência
Ficha Catalográfica	Ficha Catalográfica
Registro no Livro Tombo	Registro no Livro Tombo

Fonte: Costa, 2006.

Para finalizar, a instituição precisa ter em mente que após a aquisição de objetos para o seu acervo, deve assumir a obrigação de gerir esses itens corretamente, sendo bem documentados e conservados. E para isso, é preciso estabelecer políticas que conduzam ao como proceder adequadamente.

Sendo a aquisição dos acervos, um processo de salvaguarda, vimos aqui, como deve ser o processo de aquisição, em termos de políticas institucionais. Se o museu não possuir orientações em forma de uma política para tal ação, passa a recolher objetos aleatoriamente, sem critérios de seleção e sem documentação apropriada, questões essas que ainda persistem, devido a fatores históricos, apontados no início do trabalho. A seguir, mostraremos como a utilização dessas políticas facilita o trabalho cotidiano do museu.

1.3.2 – Regimento: Os Seus Reflexos na Política de Aquisição e Política de Descarte

A gestão museológica é a organização das estruturas funcionais do museu, visando ao cumprimento de sua missão. São muitos os procedimentos decorrentes da gestão, e como foco do trabalho, citaremos três ferramentas: regimento, política de aquisição e política de descarte, que são essenciais para uma boa regulamentação da instituição e do acervo.

Inicialmente, um museu para ser bem organizado, deve primeiro ter uma missão. “Um museu bem gerido começa com uma declaração, por escrito, da finalidade institucional – uma declaração de missão” (EDSON; DEAN, 1996, p. 28, tradução nossa). De acordo com Mason (2004), devem-se responder às seguintes questões: “Por que existimos? (propósitos); Em que acreditamos? (valores); O que queremos conseguir? (metas); O que fazemos? (função); Para quem fazemos? (público/parceiros)” (MASON, 2004, p. 56). Percebemos então, que uma declaração de missão é fundamental para que o museu possa se orientar e, assim, atingir seus objetivos de planejamento e organização.

De acordo com Edson e Dean (1996), após a declaração de missão do museu ser escrita e aprovada, uma série de documentos devem ser estabelecidos para que essa proposta seja executada. Citamos o regimento e o plano museológico como fundamental em uma política de gestão, os quais regem as ações museais.

No momento em que um museu é criado, um regimento interno precisa ser elaborado – uma das ferramentas essenciais da gestão – pois é o instrumento que “regula a estrutura interna do museu” (IPHAN, 2010, p. 8), através da descrição de suas funções e atividades, que regula a saúde do museu e como se dá o seu funcionamento.

Esse instrumento tem como finalidade traçar os objetivos da instituição; qual a sua missão; as atividades e funções a que se propõem; as funções de cada elemento dentro do museu e o papel que desempenhará na sociedade. Deve ser um documento estabelecido em conjunto com os profissionais do museu e com a comunidade.

O regimento é um dos padrões mínimos que os museus precisam ter, como estipulado pelo Código de Ética para Museus (2006), que expõe ser necessário:

”um estatuto, um regimento ou outro documento oficial, conforme a legislação nacional. Estes documentos estipularão claramente o estatuto jurídico do museu, suas missões, sua permanência e seu caráter não lucrativo” (ICOM, 2006, p.11).

De acordo com Mason (2004) a preocupação com o estabelecimento de padrões mínimos para os museus, é mundial²³. Mas, apesar de ser fundamental, muitas instituições ainda não possuem um regimento.

²³ Segundo o autor, foi criado, em 1988, um programa de diretrizes para os museus, favorecendo os museus do Reino Unido, o qual visava “incentivar todos os museus a atingir padrões mínimos estabelecidos no gerenciamento, conservação de acervos e serviços ao público” (Mason, 2004, p. 34). Em 2004, 1860 museus faziam parte desse plano, desde grandes museus até pequenos estabelecimentos, e mais de 90% atingiam os padrões estabelecidos.

O regimento também explicita as políticas de aquisição e descarte de acervos. Sem esses parâmetros para definir como se dará a aquisição de objetos, os museus passam a recolher aleatoriamente, sem se basear na missão e em documentos necessários, e por vezes, descartando objetos de forma precipitada.

Devemos continuar com as reservas técnicas abarrotadas de objetos?

“O que fazer? Criar uma ou mais reservas centrais em espaços fora dos museus, como alguns países europeus já estão pondo em prática? Criar critérios de disponibilização do que é excedente? E como fazer? São questões que precisam ser enfrentadas, deixando de lado o apego canibalesco exagerado” (TOSTES, 2005, p. 81).

Ratificando com essa declaração de Tostes (2005), Trépanier (1990) critica essa questão, pronunciando que é um desafio manter uma coleção em bom estado de conservação, devido ao crescimento de objetos que não são selecionados com base nas políticas institucionais. Ou seja, para os museus cumprirem com a sua função de preservar, devem-se estabelecer diretrizes para que sejam feitos recolhimentos devidos e de acordo com a instituição.

De acordo com o Estatuto de Museus (2009), “os museus devem formular ou, quando cabível, propor para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisição e descarte de bens culturais, atualizada periodicamente” (Cap II, Art 38), e ainda:

“O órgão administrativo deve adotar e divulgar uma declaração escrita sobre a política aplicada à aquisição, preservação e utilização do acervo” (LEWIS, 2004, p. 8).

As políticas de aquisição de acervos são “diretrizes definidas pelo museu, visando à constituição e à dinamização de acervos, através do recolhimento e da incorporação sistemática de objetos”²⁴. Nesse enfoque, os museus precisam estabelecer critérios de seleção dos objetos, e esses critérios devem estar ligados à proposta da instituição, onde “a declaração de missão ou declaração de propósitos do museu é um documento que estabelece a limitação da recolha e define o papel do museu” (EDSON; DEAN, 1996, p. 28, tradução nossa).

A política de aquisição só pode ser pensada juntamente com vários fatores, como o espaço da instituição, o pessoal e os recursos financeiros. É recomendado, então, que antes de

²⁴ Definição presente no glossário do Caderno de Diretrizes Museológicas, 2006, p. 150.

aceitar uma doação, se pense na estrutura física, em termos de espaço e local para armazenamento. Deve-se pensar também na questão da segurança da obra e na viabilização de profissionais especializados para a manutenção dos acervos. É importante ter em mente que o museu é uma instituição permanente, responsável pelo seu acervo e para que possa funcionar bem, “atendendo a sua proposta como instituição é preciso que a aquisição de seu acervo seja bem selecionada, além de sistematizada” (CAMARGO-MORO, 1986, p. 19).

Uma eficaz política de aquisição evita problemas de gerenciamento, evita o acúmulo de objetos sem significado e sem valor para o museu. Uma política de aquisição bem estabelecida impede que se coloque em prática a política de descarte.

A política de descarte de acervos é um processo de remoção dos objetos adquiridos pelo museu e é um “procedimento necessário em decorrência de recolhimentos e incorporações indevidas realizadas ao longo do tempo”²⁵. Essa é considerada tão importante quando a política de aquisição, mas é um processo difícil e deve ser pensado coletivamente, e:

“só deve ser feito com pleno conhecimento da importância do mesmo, do seu estado (recuperável ou não, situação legal) e da repercussão de perda de confiança pública que poderá resultar de tal ação. A decisão de cedência deve ser da responsabilidade do órgão administrativo, em conjunto com o director do museu e o curador do acervo em questão” (LEWIS, 2004, p. 9)

Com base em Edson e Dean (1996), alguns fatores que se pode considerar para descarte:

- Objetos com procedência indefinida ou com falta de informação, que não são significativos ou úteis para a pesquisa, exposição, ou para fins educacionais.
- Os objetos que têm pouco ou nenhum valor para o museu por causa da redundância com a sua tipologia.
- Objetos que não se relacionem com a missão do museu.
- Objetos muito deteriorados, que não possam ser restaurados, e pela sua condição, constituem um perigo para os outros objetos.

Se for decidido que o objeto deve ser descartado da instituição, há alguns métodos para serem levados em conta. Pode-se oferecer o objeto para outros museus, havendo então uma transferência – um objeto pode não ser de relevância para um museu, e ser para outro –;

²⁵ Ibidem, pág. 28.

permuta (troca por outro objeto); venda ou destruição em casos de deterioração irreparável. Entretanto, devemos atentar para algumas dessas opções, como orienta Lewis (2004). No caso de venda, o dinheiro obtido deve ser utilizado apenas para adquirir novos objetos ou para a manutenção das coleções já existentes no museu, pois o acervo das instituições é de propriedade pública e assim, não pode estar ligado a questões financeiras. E, de acordo com Edson e Dean (1996), nenhum objeto será removido do acervo do museu sem uma revisão cuidadosa, avaliada e documentada; caso não seja encontrado um receptor adequado para conservar o item a ser descartado, o museu deve continuar a mantê-lo e preservá-lo. Descrevendo esse procedimento, segundo o Código de Ética para Museus (2006):

“Cada museu deve ter uma política explícita definindo os métodos reconhecidos a serem adotados para o descarte definitivo de um objeto do acervo, quer seja por meio de doação, transferência, troca, venda, repatriação, ou destruição que permita a transferência de propriedade sem restrições para a entidade beneficiária. (...) Como regra geral, todo descarte de acervo deve ser, em primeiro lugar, em benefício de outro museu” (ICOM, 2006, p. 17).

Elencamos outra necessidade para os museus: a de possuir uma comissão de acervos (ou comissão técnica), que segundo Costa (2006), deve opinar a respeito das peças a serem ou não recebidas e decidir sobre o possível descarte do objeto.

Além dos documentos já mencionados, ponderamos outro dever dos museus, que é o plano museológico. Segundo o Estatuto de Museus (2009) “é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico” (Cap. II, Art. 44). O plano museológico é uma ferramenta eficaz de gestão, devendo ser uma ferramenta constante na instituição e planejada após a criação do regimento, sendo um planejamento das ações que o museu pretende atingir e de suma importância para o andamento das atividades na instituição, assim como, outro indicador que norteie o cumprimento com a missão. Segundo o IPHAN²⁶, o plano museológico é uma

“ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento” (IPHAN, 2010, p.8).

²⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Finalizando, reiteramos que uma adequada política de gestão, utilizando como instrumentos o regimento, as políticas de aquisição e descarte, e o plano museológico, é de fundamental importância para manter o museu funcionando saudavelmente.

A partir dessas informações teóricas, partiremos para o objeto de estudo da pesquisa: O Museu Municipal Parque da Baronesa. Buscaremos relacionar no próximo capítulo, os instrumentos abordados aqui, com a realidade do museu, apontando como a falta de documentos básicos para a regulamentação da instituição, pode influenciar na prática museal.

CAPÍTULO 2: A GESTÃO DOS ACERVOS NO MUSEU DA BARONESA

Nesse segundo capítulo, a partir da documentação do museu e de informações orais, realizou-se um levantamento das gestões administrativas que o museu já teve. Apontamos também os diversos esboços de missões confeccionados em cada momento, e possíveis descompasso com as formas de aquisição de acervos da instituição. Procuramos observar se há discordâncias com a missão do museu e analisamos essas questões criando um paralelo com os procedimentos que precisam ser utilizados no gerenciamento dos acervos, buscando através desse diagnóstico, sugerir caminhos que possam sanar essas questões.

2.1 – O Museu Municipal Parque da Baronesa: Breve histórico

O Museu Municipal Parque da Baronesa, foi criado em 1982 pelo Decreto-Lei Nº 3.069. O museu constitui-se em um importante local de preservação de parte da história da cidade de Pelotas, contendo em seu acervo coleções das três gerações da Família Antunes Maciel, que habitaram a propriedade no período de 1864 até meados da década de 1960, assim como coleções de Adail Bento Costa, Antonia Berchon Sampaio e doações diversas da comunidade.

O museu possui, de acordo com a documentação do acervo, 2619 objetos tombados, 310 objetos pertencentes à Antonia Berchon Sampaio, concedidos ao museu através de empréstimos, e 329 objetos da coleção de Adail Bento Costa. Atualmente a última coleção está confiada ao Museu na forma de empréstimo, além de outras coleções diversas, menores em número.

O museu foi administrado por diferentes gestões, sendo respectivamente as direções compostas por: Silvia Pekelman (1982-1983), Ana Lúcia Spinoza Brizolara (1983-1988), João Luis Guimarães Vasques (1988), Shirley Kratz Vieira (1989-1992), Luciana Araújo Renck Reis (1993-1996), novamente Shirley Kratz Vieira (1997-1998), Jacira Sousa Soares (1998-2000), Carla Gastaud (2001-2004) e por último, assumindo em 2005 e permanecendo na direção até os dias atuais, Annelise Montone.

O museu não possui uma política (regimento) que norteie as suas direções em relação ao gerenciamento da instituição e do seu acervo, apenas lineamentos de documentos,

ao longo das gestões, que não foram colocados em prática propriamente, sendo esse fator, um dos principais motivadores dessa pesquisa.

2.2 – Os Caminhos do Gerenciamento de Acervos

Como vimos no capítulo 1, o museu carece de uma declaração de missão para que as suas ações sejam orientadas e baseadas nesse referencial. Essa ferramenta de gestão precisa estar estipulada no regimento da instituição e servirá também de guia para as políticas de aquisição e descarte. O Museu da Baronesa, como já afirmamos anteriormente, não possui uma missão definida, apenas esboços e rascunhos que foram sendo criados em diferentes momentos da vida institucional do Museu. Devido a isso, foi necessária uma análise em torno da documentação, em busca dessas diferentes propostas que se teve ao longo da sua existência, para chegar a um entendimento sobre qual é a linha condutora que estabelece a missão do museu, destacando as aproximações e os afastamentos entre os esboços.

Apresentamos a seguir, dados obtidos através da análise da documentação administrativa do museu e de informações verbais, sobre a missão da instituição.

2.2.1 – Qual a missão do museu?

Quando solicitadas informações à atual diretora do museu, Annelise Montone, sobre a declaração de missão da instituição, a mesma informou que o museu possui o seu decreto-lei de criação²⁷, mas não possui a missão da instituição.

Entendemos aqui, a missão museológica como:

A declaração de missão define as limitações do acervo e delinea o papel e a identidade pública da instituição. A declaração de missão deve ser simples, mas escrita cuidadosamente, descrever o que o museu é, o que faz, como opera, como coleciona, onde opera, onde coleciona e por que razão coleciona. A declaração de missão deve ser revista regularmente e, sempre que as circunstâncias autorizarem, pode ser actualizada, melhorada ou revista (EDSON, 2004, p. 151).

²⁷ Decreto-Lei em anexo (Ver Anexo 1).

Sendo assim, é essencial que o museu tenha uma declaração institucional de sua missão, como também aponta o Código de Ética para Museus (2006), afirmando que os museus devem redigir e cumprir uma declaração que defina as missões, os objetivos e as políticas do museu.

Buscamos realizar uma análise da documentação administrativa da instituição, a fim de verificar se há alguma discórdia nas variadas propostas de missões que o museu já teve em cada uma de suas gestões. Ao realizar a análise em busca dessas referências, partimos da relação de objetos que existiam na casa antes da criação do museu, e que foram doados pela Família Antunes Maciel à Prefeitura Municipal de Pelotas. Em um documento contendo uma relação dos objetos, verificam-se móveis e pertences da família e a coleção de Adail Bento Costa²⁸. Percebemos então, que quando se deu a inauguração do museu, o mesmo continha apenas objetos têxteis e mobiliários do final do século XIX e início do XX, pertencente a coleção de Adail Bento Costa e da família Antunes Maciel. Torna-se evidente que a missão do museu, nessa ocasião, seria a de contar a história da família que ali viveu.

Como foi mencionado no início deste sub-capítulo, no decreto-lei de criação do museu, não há dados que deixem explícitas as propostas da instituição. Mas gostaríamos de apontar que na primeira gestão administrativa do museu, segundo um levantamento histórico do ano de 1982, a intenção era a de seguir a vontade da família Antunes Maciel (deixada através de documentos) que era a de *“mostrar a história da cidade e do bairro onde se encontra o museu”*²⁹. O único documento que encontramos, estabelecendo a vontade da família para com o terreno doado, é a certidão de doação para a cidade, de 1977, na qual consta que a área deveria ser destinada exclusivamente como local público.

No ano de 1986, a pedido da diretora na época, foi criado um projeto que visava à identificação e organização do mobiliário e dos acessórios do museu. De acordo com a documentação arquivada sobre o projeto, o objetivo do museu era *“mostrar à comunidade a relação da Família Antunes Maciel com a habitação, seus costumes e características”*. Um histórico do museu criado no mesmo ano, afirma que o museu deveria *“Preservar a memória da cidade, valorizando o patrimônio histórico e cultural”*. Compreendemos assim, que há controvérsias de propostas em um mesmo ano, pois no primeiro momento, é exaltada a memória da Família Antunes Maciel, e no segundo, à história da cidade de Pelotas. Devido a

²⁸ Artista Plástico pelotense. A escritura de doação da coleção para o município de Pelotas, em 1982, consta que a mesma seria para integrar um museu sobre o colecionador, mas que poderia tomar outro destino, sendo, então, levada para o Museu da Baronesa.

²⁹ Utilizaremos o itálico nesse sub-capítulo para destacar os esboços de missão.

isso, corroboramos com o que dissemos em relação à declaração de missão, sendo imprescindível a sua elaboração para que o museu possa se orientar.

Segundo Leal (2007), o acervo do museu pretende representar o final do século XIX e início do XX, pois foi um período marcante no passado da cidade, sendo que nessa época o município viveu um apogeu econômico devido às charqueadas³⁰. De acordo com a autora, o museu assume sua atuação através da formação do seu acervo e quando se deu a entrada da Sra. Antonia Berchon Sampaio no museu em 1988³¹, essa passou a influenciar na organização e filosofia da instituição. Baseada nos seus conhecimentos e amigos, a Sra. Antonia Berchon Sampaio sustentava e punha em prática a ideia de museu de costumes, sendo reiterado “o cotidiano doméstico e os costumes familiares de seu grupo social” (LEAL, 2007, p. 17), mostrando assim, como vivia a aristocracia pelotense. Concordando com essa afirmação, Paula (2008) aponta que o museu “revive ainda hoje, para cada visitante, os hábitos e costumes da elite pelotense do final do XIX” (PAULA, 2008, p. 15).

Podemos apreender que a partir do ano de 1988 o museu passou a seguir essa proposta – de museu de usos e costumes da elite pelotense – passando a receber em seu acervo, objetos pertencentes a famílias ilustres da cidade de Pelotas.

Através de documentos dos anos seguintes, principalmente ofícios, percebemos que os funcionários se preocupavam, no ano de 1994, em manter a proposta do museu, realizando trocas de objetos com outras instituições:

“O Museu Municipal Parque da Baronesa interessado em manter sua filosofia de Museu de Costumes, vem através deste, sugerir a troca das duas fardas militares: Marechal Deodoro da Fonseca e Urbano Martins Garcia do acervo da Biblioteca por documentos abaixo relacionados de nosso acervo (...)”³²

Aderindo ainda à filosofia de usos e costumes, um levantamento histórico do ano de 1995, diz o seguinte: “*Baseado em cartas, documentos e acervo deixado pela família, (...) é que procuramos contar os fatos ligados aos costumes do povo pelotense*”. Não mais somente aos costumes da Família Antunes Maciel, tornando-se um museu de usos e costumes da cidade de Pelotas.

³⁰ Grandes propriedades rurais de caráter industrial. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/pelotas/charque.html>. Acesso em: 25 de abril de 2011.

³¹ De acordo com Leal (2007), a direção na época sentia-se sem apoio da Prefeitura, sendo pedido apoio a Sra. Antonia Berchon Sampaio, pois essa já ajudava e atuava em atividades culturais na cidade de Pelotas.

³² Informações retiradas do ofício de 1994, sobre troca de acervo com a Biblioteca Municipal Pelotense.

Leal (2007) aponta que em 2000 a Associação de Amigos do Museu da Baronesa (AMBAR)³³ se posicionou contra a direção, que defendia a mudança de filosofia da instituição e da exposição de longa duração. De acordo com informação oral de Carla Gastaud (ex-diretora do museu), a Associação resistia a algumas mudanças que desejavam fazer tanto na proposta da instituição quanto na exposição. Carla Gastaud expõe que aspiravam por um museu que fosse mais inclusivo, que fosse um museu que abordasse um contexto mais amplo de todas as camadas da sociedade na época. Havia discussões sobre qual seria a proposta do museu, como afirma Carla Gastaud, que museu deveria ser e que história deveria contar, mas sem utilizar o termo “missão” em si.

Com o desenvolvimento de uma nova proposta de exposição, através da criação da Sala de Música e de painéis informativos sobre a escravidão, buscava-se que o museu pudesse ampliar as vozes que contam a história da cidade³⁴. Mas, a tentativa de mudar a filosofia da instituição não se concretizou devido à saída de Carla Gastaud da direção.

Logo após a sua entrada na instituição em 2005, Annelise Montone situou a missão do museu no questionário do Cadastro Nacional de Museus³⁵, o qual diz que a proposta da instituição é:

*“Guardar a memória dos costumes da sociedade pelotense, que viveu durante o período do apogeu cultural e econômico da cidade de Pelotas. Sua economia voltou-se para o comércio do charque, com duração de 1860 à década de 1930”.*³⁶

³³ A AMBAR cumpria um papel de ajudar nas principais necessidades do museu com a contribuição dos sócios. Atualmente, a Associação não colabora mais através de mensalidades, mas planeja eventos na qual a verba adquirida é destinada ao museu.

³⁴ Nesse período estava em voga a criação da Política Nacional de Museus, destacando a importante relação entre os museus e sua função social, apontando a diversidade e complexidade cultural, e assim, criando vínculos de diálogos com a sociedade, sendo essa agente participativo nas ações dos museus. Passando os museus a terem como um dos seus objetivos, estarem a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Disponível em: <http://www1.museus.gov.br/IBRAM/doc/publicacoes/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em: 06 abril 2011.

³⁵ Um dos eixos da Política Nacional de Museus foi a criação do Cadastro Nacional de Museus, que visa estabelecer uma base de informações sobre os museus brasileiros. Disponível em: <http://www1.museus.gov.br/IBRAM/doc/publicacoes/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em: 06 abril 2011.

³⁶ No início de 2011, Annelise Montone pediu que a missão fosse alterada no Cadastro Nacional de Museus. Atualmente, no site do Cadastro, a missão é: *Mostrar um recorte da história pelotense, através dos usos e costumes representados pela edificação do museu e pelo acervo, pertencente à elite da sociedade no período que abrange as últimas décadas do século XIX até a década de 1930, do século XX.* Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/cnm_conhecaosmuseus.htm> Acesso em: 05 maio 2011.

Destacamos aqui outro fator relevante para o trabalho, que é a nova missão formulada pela diretora, como proposta para o regimento da instituição, sendo essa a utilizada pelo museu desde a sua entrada na administração:

“O Museu Municipal Parque da Baronesa, instituição permanente, aberta ao público e sem fins lucrativos, destina-se à coleta, inventário, catalogação, preservação, segurança, pesquisa, exposição e dinamização educativa, cultural, social e turística e divulgação do seu acervo, com o objetivo de mostrar um recorte da história pelotense, através dos usos e costumes representados por mobiliário, peças de vestuário feminino, masculino e infantil, peças de cama e mesa, objetos decorativos e de uso pessoal, livros, documentos e fotografias, outrora pertencentes à elite dessa sociedade, no período que abrange as últimas décadas do século XIX até a década de 30 do século XX.”³⁷

Na missão utilizada pelo museu atualmente, uma mudança vale ser grifada: são acrescentados os procedimentos de musealização que devem ser realizados pela instituição (como abordamos no início do nosso trabalho), sendo finalidades do museu a coleta, inventário, catalogação, preservação, segurança, pesquisa, exposição e dinamização educativa, cultural, social, dentre outros procedimentos museais.

Percebemos que há algumas idiossincrasias nas missões. Inicialmente, o museu deveria mostrar os costumes e hábitos da Família Antunes Maciel, depois, a história da cidade de Pelotas. Mas a partir de 1988, a proposta foi modificada, tornando-se um museu de usos e costumes da elite pelotense. Mesmo havendo uma tentativa de mudança em 2000, o cerne da missão do museu, atualmente, continua a mesma de 1988.

Então, essa análise nos mostrou que o fio condutor que interliga os vários esboços, seria: “Mostrar os usos e costumes da elite pelotense do final do século XIX até a década de 1930”. Reiteramos que é necessário um documento que formalize essa missão, para que essa não seja uma proposta somente “falada” e que venha a se concretizar.

2.2.2 – O Reflexo das Políticas Institucionais no Gerenciamento dos Acervos

³⁷ Informação cedida por Annelise Montone.

Além de não possuir um estabelecimento formal sobre a missão, o Museu da Baronesa também não possui os documentos básicos para o gerenciamento dos seus acervos, como o regimento e, por conseguinte, uma política de aquisição e descarte.

Gostaríamos neste momento de trazer um panorama geral de como foi a gestão do acervo no museu, desde a sua criação, relacionando com problemas gerados pela falta desses instrumentos.

2.2.2.1 – O Início (1982 a 1990)

Buscando informações sobre os procedimentos de gestão dos acervos, em relação à documentação do mesmo, percebemos que essa era incipiente. Um ofício de 1983, um ano após a criação do museu, informava simplesmente que não se encontravam no museu alguns dos objetos que pertenciam à coleção de Adail Bento Costa. Levantamos, então, as seguintes indagações: esse documento remetia sobre a falta de acervos? Ou havia acervo do museu que fora emprestado? Devido a tal fato, surgiu-nos a hipótese: será que os objetos não eram documentados adequadamente?

Em resposta a essa nossa pergunta, destacamos que, em uma relação dos bens móveis de 1984, observamos que o museu possuía 581 peças no acervo, e havia uma preocupação em listar esses objetos, mas apenas com um número, denominação (que tipo de objeto era) e quantidade. Alguns móveis do acervo foram para a Fundapel³⁸, todos em perfeito estado de conservação, composto por mesas, escrivaninhas, sofás, dentre outros³⁹, mas não há indícios do por que dos mesmos terem saído do museu, pois há carência de informações específicas. Observamos que não havia uma documentação museológica, havendo apenas listagens do acervo e ofícios.

Recomenda-se que qualquer ação em relação aos objetos deva ser documentada. De acordo com o que vimos no capítulo anterior, os objetos após passarem pelo processo de musealização, tornam-se documentos. Um documento (objeto) é uma fonte de informação e necessita um gerenciamento destas, como a localização dos objetos no interior do museu e o registro dos seus valores extrínsecos, para fins de recuperação de informação. Esses, após entrarem em um museu, perdem o seu significado utilitário, mas a vida deles continua

³⁸ Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Pelotas.

³⁹ Informações retiradas de ofício do ano de 1984.

(através de pesquisas, exposições, ações educativas, entre outros) devendo ser documentada a cada movimentação⁴⁰.

No ano de 1985, segundo um relatório das atividades, o museu já tinha um regimento: “possui um regimento interno onde constam horários e objetivos”⁴¹, o qual deveria ser cumprido. Mas não conseguimos recuperar nenhum documento até esse período.

O acervo do museu nesse momento possuía aproximadamente mil objetos, contendo mobiliários e acessórios da Família Antunes Maciel, a coleção de Adail Bento Costa com mobiliários, acessórios, leques, imagens, vestuário, dentre outros de caráter histórico, e ainda oito coleções doadas pela comunidade. A coleção de Adail Bento Costa foi repassada ao museu, pela Prefeitura de Pelotas, sendo essa considerada como empréstimo. Mas não há um termo adequado que especifique que a coleção ficará sob custódia da instituição. Percebemos que alguns objetos recebidos pelo museu nesse período, como doação, não receberam uma documentação adequada, com carta de doação. O Código de Ética para Museus (2006) institui que é necessário estabelecer critérios de entrada de objetos. É apropriado que os museus possuam documentos que orientem nesse processo, gerando uma documentação nas aquisições, como apontamos de acordo com Costa (2006) no capítulo anterior. Para administrar um museu adequadamente, é preciso estabelecer os critérios que serão levados em conta na entrada de objetos, através de uma política de aquisição.

Segundo um relatório de atividades, de 1987, desenvolvido pela Prefeitura, um dos funcionários da instituição, João Vasques⁴², deslocou-se até o Rio de Janeiro para obter doações da Família Antunes Maciel. Ainda no mesmo relatório consta que havia campanhas para doações de acervo na imprensa. Percebemos, então, que havia uma preocupação em adquirir novos objetos para o museu, embora não se saiba se havia alguma sistematização, ou seja, para adquirir novos objetos, o museu precisaria se basear em tese na sua missão.

Até o momento, nesta gestão, não obtivemos referência de nenhum documento sobre regimento interno, além de um esboço de 1988. Este continha informações simples, como, objetivos do museu: “destina-se a coleta, inventário, documentação”. Informava também, em linhas gerais, que a guarda será de objetos relacionados ao patrimônio histórico e artístico da cidade de Pelotas e de seus personagens ilustres; os profissionais que deveriam compor o

⁴⁰ Os museus utilizam fichas catalográficas e banco de dados para acrescentar informações sobre os objetos.

⁴¹ Informações retiradas do relatório de atividades do ano de 1985.

⁴² João Vasques era assessor do acervo, técnico em Museologia, encarregado de gerenciar os objetos do museu.

quadro funcional; horário de funcionamento. No entanto, encontrava-se incompleto e com informações insuficientes.

Além deste, encontramos outro rascunho mais bem estruturado com informações mais consistentes, embora sem data de elaboração, mas parecendo ser mais recente que o anterior. Continha capítulos e artigos esclarecendo os objetivos, com missão: “Mostrar os usos e costumes da sociedade pelotense dos fins do século XIX e princípio do século XX”, usos dos acervos, funções e organização funcional do museu, competências da direção, setor de conservação e restauro, documentação e pesquisa, espaço didático e secretaria, além das disposições gerais. Por estar mais bem elaborado, poderia ter sido formalizado, mas não sabemos os motivos de não ter sido.

Em relação à aquisição de acervos, em 1989, o museu recebeu uma coleção de objetos, de uma colecionadora do Estado, Lourdes Noronha, através de um contrato de comodato.

Percebemos que nesse período inicial, compreendido de 1982 a 1990, a instituição preocupou-se com a porta de entrada, buscando objetos ao seu acervo, mas sem documentos formais que estabelecessem os parâmetros de incorporação.

2.2.2.2 – Novos Olhares (1991 a 2000)

Em 1993, o museu possuía como diretora, a coordenadora regional da 7ª Região Museológica⁴³, Luciana Renck Reis. Um livro de atas contém informações sobre os Encontros da 7ª Região Museológica, do qual destacamos, dentre as principais pautas das reuniões, a veemência sobre os museus terem um Estatuto e um Regimento Interno. Apesar de tal preocupação estar presente, ainda não haviam sido elaborados e formalizados. Mas, embora não constituíssem ainda os documentos internos, percebemos uma preocupação com elementos exógenos ao museu, como a inserção nas atividades promovidas pelo Sistema Estadual de Museus⁴⁴.

⁴³ O Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) define em 1990, a divisão regional do Rio Grande do Sul em sete Regiões Museológicas. Cada região possui um coordenador e Pelotas é a 7ª Região Museológica. Disponível em: <<http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/>> Acesso em: 14 de abril de 2011.

⁴⁴ O Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) é um órgão da Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que visa sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o estado. Disponível em: <<http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/>> Acesso em: 14 de abril de 2011.

Em um almanaque do museu, encontramos algumas metas que se buscava alcançar. Dentre essas, destaca-se a criação de um projeto para a organização de uma reserva técnica⁴⁵ e a criação de um setor de documentação e pesquisa, incluindo a organização das cartas de doação que não possuíam procedência. Há menção também de um estudo que deveria ser feito sobre o quadro de funções do museu – um organograma. O organograma é um dos elementos do regimento, sendo muito importante, como se fosse um quadro representativo dos profissionais que atuam na instituição e como esses se relacionam. Compreendemos então, que mesmo de forma simples, o museu já realizava um planejamento das ações que almejavam atingir.

Na documentação analisada, percebeu-se a existência de vários relatórios, mostrando-nos que a conservação e manutenção dos objetos expostos eram periódicas nas atividades diárias do museu. Através de levantamentos dos objetos, em 1994, foi feita uma busca de informações sobre as doações que foram mal documentadas, recorrendo aos doadores para as assinaturas dos documentos. Notamos também, a preocupação em utilizar bibliografias como guia no gerenciamento dos acervos, como a compra do livro “Museu: Aquisição/Documentação” de Fernanda Camargo-Moro, que em um desses relatórios, estava descrito como utilizado para estudo de abertura de Livro Tombo. Havia, então, uma apreensão em organizar e documentar os acervos.

Em 1995, havia a preocupação em descartar algumas peças do acervo devido ao mau estado de conservação, que poderiam pôr em risco outros objetos do acervo que estavam fora de exposição, documentados em ofícios. Ressaltamos que o descarte não é somente uma prática de exclusão de objetos, no sentido de “jogar fora”, mas a realização de doação a outras instituições, e permuta, também são formas de descarte. Nesse ano, a direção do museu consegue oficializar a doação da Capela Santa Luiza⁴⁶, que era uma aspiração do ano anterior, sendo então, feita a documentação adequada.

Observamos também a intenção por parte do museu da criação de uma comissão de acervos, como consta em um ofício de convite a Sra. Antonia Berchon Sampaio, solicitando que a mesma fosse presidente dessa comissão, que teria como finalidade analisar as doações para aceitação ou não e decidir sobre o repasse de objetos para outras instituições. Nesse

⁴⁵ O museu ainda não possuía uma reserva técnica adequada, apenas uma sala onde eram guardados os objetos fora de exposição.

⁴⁶ A Capela Santa Luzia foi transferida para o museu em 1982, após o fechamento de uma igreja e por não ter outro local adequado para armazená-la.

período, a Sra. Antonia Berchon Sampaio passa a ser presidente dessa comissão de acervos. Porém, não encontramos documentos que nos informassem sobre os demais membros nem até quando durou a sua presidência e a comissão. Também foi criada a Associação de Amigos do Museu da Baronesa (AMBAR), que possuía como Presidente de Honra, a Sra. Antonia Berchon Sampaio.

Por não encontrarmos mais detalhes sobre tal comissão de acervos, constatamos que essa não era uma atividade formal e institucionalizada uma vez que não havia nenhum documento que estipulasse as normas e os critérios considerados para a avaliação das doações, nem mesmo atas das reuniões.

Em 1996, foi criado o “Projeto Repasse”, no qual eram realizadas análises do acervo para encontrar possíveis desacordos com o perfil museológico da instituição, que era o de “usos e costumes”, como consta no ofício de repasse de acervo para o MALG⁴⁷:

“O Repasse se faz necessário uma vez que o acervo citado não se enquadra no perfil do Museu da Baronesa, que é de USOS E COSTUMES (...). Além deste motivo, o Museu da Baronesa não possui uma reserva técnica capaz de abrigar com segurança de manutenção um número muito grande de acervo (...).”

Percebemos que havia, além da preocupação com a proposta da instituição, uma apreensão em relação à preservação do acervo.

De acordo com a documentação sobre o projeto, vários objetos que se encontravam no museu foram transferidos para outras instituições, sendo alegado que não estavam no perfil do mesmo. Dentre esses objetos, destacamos, de acordo com a documentação arquivada sobre o Projeto:

- Coleção de livros didáticos, doados em 1991, repassados à Secretaria Municipal de Educação;
- Currículo do pintor Nestor Marques Rodrigues, repassado ao MALG;
- Coleção de discos de músicas populares e clássicas, repassados para o Conservatório de Música de Pelotas;
- Coleção do tenista Dário Cortez, repassado para o acervo do Esporte Clube Pelotas.

⁴⁷ Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

Observamos que esses objetos avaliados para “descarte” não se enquadravam mesmo no perfil de usos e costumes. Um total de aproximadamente 700 itens saiu do museu. Porém, atentamos que esse projeto não era sistematizado em forma de uma política de descarte formalizada, apenas eram avaliadas as peças e repassadas para outras instituições que poderiam fazer melhor proveito, sem um documento que estipulasse normas a seguir.

Na gestão do acervo, é importante que se tenha dimensão do corpo funcional que lida com os objetos e como esses se relacionam com os demais em termos de informação e tomada de decisões. Em 1997 foi esboçado um organograma, mostrando o funcionamento dos setores do museu e as necessidades para o quadro de pessoal. Segundo Edson (2004), “o quadro organizacional [ou organograma] é um mapa que define o sistema e descreve o fluxo de trabalho do museu e demonstra a atitude organizacional da instituição.” (EDSON, 2004, p. 148).

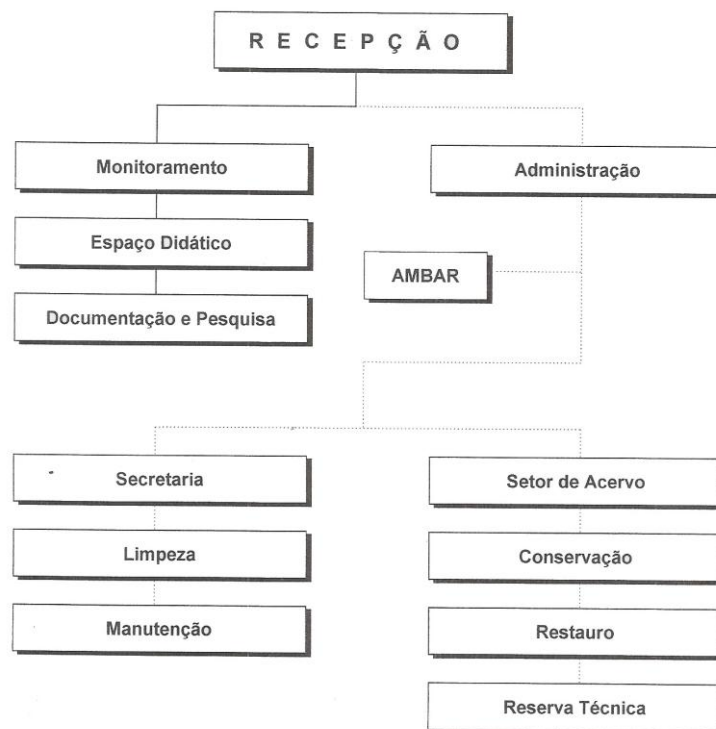


Figura 4: Proposta de Organograma de 1997. Fonte: Documentação Administrativa do Museu da Baronesa.

Explicamos que esse organograma foi proposto mostrando as atividades desenvolvidas na instituição, descrevendo os setores que o museu possuía e necessitava, pois ainda não havia pessoal para todos os elementos administrativos. O organograma, a nosso ver, é fundamental para determinar os departamentos e de que forma eles interagem para atingir a missão do museu.

Um relatório, do mesmo período, menciona que seria realizada uma reorganização total da sala onde estavam armazenados os objetos fora de exposição, pois essa estava em condições inadequadas, fazendo com que o acervo corresse risco de perda devido ao acúmulo de fungos e umidade. Alguns objetos eram guardados dentro de mobiliários do acervo, havendo a necessidade de um local seguro e adequado. Em livro tomo, o museu possuía 900 objetos, além dos empréstimos de Adail Bento Costa e de Lourdes Noronha, que ainda estavam em levantamento.

De acordo com essas informações, constatamos que os objetos emprestados ao museu não foram documentados no ato de recebimento, pois a coleção de Lourdes Noronha foi levada ao museu em 1989, e, em 1997, ainda estava em levantamento.

Mas, no geral, percebemos que os anos de 1990 a 2000 marcaram uma nova dinâmica no museu, pois houve a preocupação com as necessidades museológicas, especialmente, com a prática museal.

2.2.2.3 – De 2001 até 2010: Busca por Adaptações

Compreendemos que a documentação em relação ao acervo, começou a ser mais bem desenvolvida a partir de 2001, sendo essa realizada pelo responsável técnico do acervo, João Vasques, e estagiários do curso de História da UFPel⁴⁸. Começou a prática de utilização de “diários”, trazendo anotações sobre todas as atividades com o acervo. Um relatório do ano, afirma que um programa de revitalização estava em desenvolvimento no museu, através de ações de conservação, pesquisa e comunicação, como a organização de uma nova exposição de longa duração e adequação da reserva técnica.

Optamos por buscar informações orais, e não somente a documentação, por possuímos contato direto com as duas diretoras desse período: Carla Gastaud (2001-2004) e Annelise Montone (de 2005 até os dias atuais).

Em meados de 2001 e 2002, começaram reuniões com a finalidade de buscar critérios para a seleção dos acervos, sendo reformulada então uma comissão de acervos. De acordo com informação cedida pela ex-diretora, Carla Gastaud, a ideia de criar uma comissão

⁴⁸ Universidade Federal de Pelotas.

surgiu porque ela buscou aprender cada vez mais como lidar com um museu e, também, devido ao fato de perceberem que o acervo possuía muitos objetos fora de contexto⁴⁹.

A comissão contava com dez integrantes, composta por professores da UFPel e pelo técnico em Museologia, João Vasques, funcionário da instituição desde 1987. A Sra. Antonia Berchon Sampaio que era presidente da comissão criada em 1995 não voltou a integrar a nova comissão.

Várias reuniões foram feitas, buscando formular parâmetros para o ingresso de objetos. Eram realizados, também, estudos de possíveis peças que poderiam ser permutadas e/ou descartadas pelo museu, devido ao mau estado de conservação ou por estarem fora de contexto. Alguns objetos foram selecionados para descarte, mas não saíram do museu, por ser uma questão complicada, como afirma Carla Gastaud, e também por um sentimento de resistência dos funcionários do museu, em não se desfazerem dos objetos.

Segundo Carla Gastaud, a comissão não se baseava em uma missão escrita. Era feita uma avaliação das peças, relacionando-as com a história que o museu mostrava, a partir da exposição de longa duração. Mas havia uma convicção de que o museu tinha um papel importante na cidade e, justamente por isso, buscavam, através das exposições, construir um discurso sobre a cidade como um todo.

De acordo com relatórios de atividades, juntamente com um professor do curso de História da UFPel, Fábio Cerqueira, criou-se um plano de estágio, que começou com alguns voluntários e depois contou com 12 estagiários da Universidade. Nesse período, foram recebidas obras doadas por herdeiros da Família Antunes Maciel, que estavam no Rio de Janeiro. O transporte adequado das mesmas foi financiado pela Associação de Amigos do Museu da Baronesa (AMBAR), e as doações foram devidamente documentadas.

Para melhor desempenho das atividades do museu foram formados grupos⁵⁰:

- Grupo de Acervo: responsável pela limpeza, catalogação e conservação;
- Grupo de Pesquisa: produção de cadernos e pesquisa para exposições;
- Grupo de Exposição: sem informação sobre as funções;
- Grupo de Documentação: transcrição de cartas do acervo e organização da documentação;
- NEP: Núcleo de Educação Patrimonial.

⁴⁹ Consideramos objetos fora de contexto aqueles objetos que não se enquadram no perfil do museu, ou que não possuem uma procedência definida.

⁵⁰ Informações retiradas do diário de atividades do ano de 2002.

Isso denota que havia uma preocupação em tentar fazer com que o trabalho fluísse, ficando cada pessoa responsável por uma atividade.

Em 2003, através de ofícios, percebemos que em consequência de não haver espaço adequado para o acondicionamento de objetos, foi mantida uma reserva técnica temporária na Casa Azul⁵¹, para a guarda de acervo mobiliário. Então, o museu não possuía mais espaço adequado para o seu acervo. Devido a isso, o museu faz o pedido de armários de aço à Prefeitura. O acervo começou a ser organizado nos novos locais, sendo acondicionado numerado e com tabelas do lado de fora, contendo informações sobre o objeto que ali estava armazenado, facilitando o rápido acesso às informações.

Consideramos as novas práticas com o acervo como um indicador em resposta à Política Nacional de Museus, criada em 2003, que incentivou ações e programas relacionados à conservação e preservação do patrimônio cultural.

No diário de atividades com o acervo, no mesmo ano, notamos que esse era utilizado como um relatório das atividades diárias de conservação e manutenção do acervo exposto e guardado. Destacamos nesse período, por intermédio dos documentos primários, as principais demandas e preocupações:

- Realizar um questionário padrão para doações.
- Entrar em contato com doadores para que assinem as cartas de doação.
- Organizar um documento para descarte.
- Encaminhar projeto para conseguir verba para a estrutura da reserva técnica.
- Devolução de doações não aceitas pela comissão de acervos.

Percebemos a preocupação com uma documentação para as aquisições e descartes do museu, e ainda, os objetos não aceitos dentro daqueles critérios estipulados, eram devolvidos para o doador. Os supostos objetos a serem doados para o museu eram analisados pela comissão de acervos e, de acordo com Carla Gastaud, eram entregues ofícios para os doadores quando os objetos chegavam ao museu para avaliação, sendo estipulado que o objeto passaria por uma análise, podendo não ser aceito. A última reunião dessa comissão foi em 2005, na qual foram avaliados e aceitos alguns objetos, por esses estarem de acordo com a proposta do museu.

⁵¹ Sobrado localizado na entrada do parque, construído em 1935 para um neto da Baronesa de Três Serros. Atualmente abriga três salas de apoio ao Museu e está instalada a Secretaria de Turismo da cidade. Disponível em: <<http://www.museudabaronesa.com.br>> Acesso em: 25 abril 2011.

Uma estagiária da história, em 2005, propôs um planejamento de atividades com o acervo para o ano. Ter um planejamento das ações orienta sobre as atividades que poderão ser realizadas e assegura uma programação contínua em relação à manutenção, conservação e qualquer outra atividade a ser realizada pelo museu. Destacamos um dos tópicos desse planejamento: a menção de políticas de aquisição e descarte que deveriam ser estabelecidas pela comissão de acervos.

O museu sendo administrado por Annelise Montone, a partir de 2005, recebe a notícia de que parte da coleção de Lourdes Noronha será levada para a cidade de Vacaria, pois lá será criado um museu em homenagem a ela. A maior parte dos objetos que estavam no museu pelo contrato de comodato⁵², sai da instituição, sendo retirados pela representante do acervo.⁵³

Não foi dada continuidade à comissão de acervos estabelecida na gestão anterior. A partir desse momento, a comissão não possuiu membros permanentes, sendo enviados convites às pessoas que já haviam participado das reuniões anteriores, esses na maioria professores da UFPel.

O museu foi contemplado em 2006 no programa Caixa Adoção de Entidades Culturais, que visava à adaptação da reserva técnica, recebendo arquivos deslizantes⁵⁴, e, um sistema documental através de instrumentos que colaboraram para a documentação do acervo (computador, impressora, scanner, máquina fotográfica, entre outros). De acordo com informação oral de Annelise Montone, a organização levou oito meses. Por demandas de pessoal para ajudar nessa etapa, a diretora fez um convênio com o Curso de Museologia/UFPel e três alunos passaram a estagiar voluntariamente no museu.

Houve a tentativa de retomar uma comissão de acervos, sendo realizada em 2007 uma convocação de professores da UFPel para uma reunião de análise de acervo. Vários objetos foram avaliados para descarte, por não possuírem procedência e critérios históricos significativos para o museu. Alguns deles foram doados para outras instituições, como por exemplo, uma moldura entregue para o MALG, por ser de acordo com a tipologia deste

⁵² O museu utiliza um modelo de contrato de comodato, para objetos que serão emprestados por um longo período de tempo (Ver Anexo 2).

⁵³ Devido aos próximos anos fazerem parte da nossa análise central, abordaremos as questões pertinentes às aquisições de acervos somente no próximo sub-capítulo.

⁵⁴ Arquivos especiais para o armazenamento de objetos, tornando fácil e rápido o acesso e consulta, além de garantir uma maior segurança aos itens ali acondicionados.

museu, mesmo sem possuir ainda um documento formal estipulando as diretrizes de uma política de aquisição e descarte.

Através dessa análise, percebemos que a falta dos instrumentos necessários para regular as ações dentro do museu, causou dificuldades no gerenciamento dos acervos. Os objetos passam a ser pouco documentados, seja em relação às atividades cotidianas ou quando se dá uma aquisição, tornando as atividades posteriores mais complicadas (devido à busca do doador para assinatura da carta de doação, por exemplo).

Através da inserção do curso de Museologia nas atividades do museu, essas passaram a se adequar, da maneira possível, aos processos atuais, através do conhecimento dos estagiários. E com a preocupação atual, em relação à pesquisa, documentação e preservação dos objetos, percebe-se um novo momento do museu na busca de adaptação aos procedimentos museológicos contemporâneos.

Podemos constatar que essas preocupações são recorrentes na instituição. Mas para isso, devem-se adotar medidas para que esses procedimentos venham a se realizar baseando-se em instrumentos legais e, assim, o museu saiba como lidar com os objetos sob sua responsabilidade.

2.3 – Análise das Aquisições: Questões para se ter em mente

Realizamos uma análise na documentação museológica e estabelecemos um estudo comparativo entre as aquisições e a missão do Museu da Baronesa, além de observar outras questões pertinentes, a fim de procurar dissonâncias entre essas questões.

Como base, utilizaremos a missão determinante que apontamos no 2.2.1, que seria: “Mostrar os Usos e Costumes da Elite Pelotense do final do século XIX até a década de 1930” e, assim, analisarmos essa missão em comparação com as aquisições feitas a partir do ano de 2005 até 2010, além de outros fatores que precisam ser considerados, como o fato de carecer de um histórico sobre o objeto.

Na análise da documentação, constatamos que o museu recebeu objetos somente através de doações e empréstimos. Apresentamos a seguir, uma tabela com os dados obtidos das aquisições por doação:

Tabela 2: Análise das Aquisições do Museu – Cartas de Doação⁵⁵

Carta de doação	Objeto	Período do objeto	Histórico
Carta 1: Dezembro de 2005	Duas fotografias	Não especificado	Não possui
	Espada	Final do século XIX	Não possui
Carta 2: Outubro de 2006	Blusa Feminina	Não especificado	Não possui
	Camisola	Não especificado	Não possui
	Duas Camisolas Femininas	Não especificado	Não possui
	Saia	Não especificado	Não possui
Carta 3: Outubro de 2006	Camisola Feminina	Século XIX	Não possui
Carta 4: Outubro de 2006	Calça Íntima Feminina	Aproximadamente 1910	Possui
Carta 5: Janeiro de 2008	Dois Binóculos	Final do século XIX	Não possui
	Máquina Fotográfica	Aproximadamente 1910	Não possui
	Ocarina	Não especificado	Não possui
	Três brinquedos	Início do século XX	Não possui
Carta 6: Maio de 2008	Conjunto de Escritório com seis objetos	Aproximadamente 1920/1930	Não possui
Carta 7: Janeiro de 2009	Lustre	Final do século XIX	Não possui
Carta 8: Março de 2009	Calça Íntima Fem.	Aproximadamente 1932	Possui
	Duas Camisolas Fem.	Aproximadamente 1932	Possui
	Sutiã	Aproximadamente 1932	Possui
Carta 9: Março de 2009	Avental	Não especificado	Não possui
	Camisola Fem.	Não especificado	Não possui
	Camisola Fem.	Aproximadamente 1940	Não possui
	Capa	Aproximadamente	Não possui

⁵⁵ O museu utiliza um modelo padrão de carta de doação (Ver Anexo 3).

Carta 10: Julho de 2010	Colete Masculino	1930 Não especificado	Não possui
	Dois fragmentos de renda	Não especificado	Não possui
	Duas Jaquetas Fem.	1880	Não possui
	Espartilho	Aproximadamente 1880	Não possui
	Luva Infantil	Aproximadamente 1930	Não possui
	Quatro Vestidos Infantis	Aproximadamente 1930	Não possui
	Saia	1880	Não possui
	Sombrinha	Aproximadamente 1930	Não possui
	Treze Pares de Luvas	Aproximadamente 1930/1940	Não possui
	Vestido	1940	Não possui
	Leque	Final do século XIX	Não possui
Carta 11: Julho de 2010	Dois Modeladores de Cabelo	Não especificado	Não possui
	Três Frisadores de Cabelo	Não especificado	Não possui
	Têxtil	Aproximadamente 1920/1930	Não possui

Fonte: Documentação Museológica do Museu da Baronesa.

Podemos perceber que todos os objetos adquiridos nesse período através de doações, se enquadram no perfil do museu. Mas há outras questões a serem observadas. Dos 66 objetos, 18 não possuem período especificado e apenas cinco possuem um histórico, os outros possuem apenas o nome da pessoa a quem pertenceu. Então, alguns objetos não possuem procedência definida, histórico e período especificado.

“Um dos recursos essenciais para gestão do acervo, investigação e serviços públicos é a existência de uma documentação precisa e acessível” (ROBERTS, 2004, p.33). Ou seja, quando as pessoas deixam seus objetos sob a salvaguarda do museu, seja por doação,

empréstimo, comodato ou legado, deve ser feita a documentação adequada, com carta de doação, termo de empréstimo, contrato assinado por ambas as partes, havendo nesses documentos, informações extensivas sobre os objetos que ficaram sob a responsabilidade do museu. Como afirmam também, Edson e Dean (1996), que assim que um objeto é incorporado ao acervo do museu, ele deve ser documentado, incluindo nessa documentação, informações de procedência, história do objeto e datas ou idades dos objetos.

Em relação às outras aquisições, que ainda não possuem carta de doação, em 2010, o museu recebeu via e-mail, uma proposta de doação de 62 cartões postais, com o devido histórico dos mesmos: “Gostaríamos de encaminhar ao museu cartões postais, como forma de doação ao acervo deste museu, da sociedade pelotense do início do século 20 (1905 a 1934).”⁵⁶ A doação foi acertada por e-mail, entre o doador e a diretora, uma vez que o doador mora em outra cidade do Estado. Segundo informações passadas por Annelise Montone, em algumas ocasiões não há necessidade de uma reunião da comissão de acervos para a aceitação de objetos, como ocorreu nesse caso. Essa coleção foi aceita por ela, por se enquadrar no perfil do museu e por ter pertencido a pessoas da sociedade pelotense do início do século XX.

Além dos contatos realizados por e-mail, será feito um levantamento da coleção para, assim, enviar a adequada carta de doação ao respectivo doador. Após tal processo, a coleção será devidamente tombada.

O museu também recebeu nesse período uma grande coleção de objetos que ainda precisa ser avaliada pela comissão de acervos, a qual se reúne apenas quando é convocada para avaliar objetos a serem doados. Até o momento, os objetos estavam no museu, à espera de uma reunião para decidir sobre a incorporação ou não. De acordo com o que vimos com Costa (2006), é importante que se tenha uma comissão de acervos que opine a respeito das peças a serem ou não recebidas. Ou seja, antes de receber a doação em si, é preciso que se discuta a sua incorporação.

Em relação aos empréstimos, de acordo com informação cedida pela diretora Annelise Montone, de 2005 até o presente, o museu recebeu vários objetos através de empréstimo, mas somente alguns deles foram documentados.

As peças da coleção de Lourdes Noronha que estavam no museu pertenciam a pessoas de várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Essas saíram do museu em 2005. Os objetos, que ficaram, representam uma parcela mais abastada da sociedade pelotense. A Sra. Antonia Berchon Sampaio, que em 1989 foi a mediadora que fez com que a coleção fosse

⁵⁶ Informação retirada de trecho do e-mail enviado pelo doador ao museu.

para o museu, ficou responsável por buscar informações sobre essas peças que ficaram na instituição. Dos 454 itens da coleção, 26 permaneceram. Três possuem um mesmo termo de empréstimo e outros possuem carta informal enviada a Sra. Antonia Berchon Sampaio, informando que tal peça ficará sob custódia do museu, possuindo histórico, período e a quem pertenceu, mas sem uma documentação (carta de doação) formalizada.

O museu possui um livro de registro dos objetos emprestados. Recorrendo a ele, no intuito de encontrar uma listagem maior com os itens emprestados nesse período, verificamos que o mesmo está incompleto, e a maioria dos objetos sem data de recebimento, constando apenas informações como: número e nome do objeto, nome do proprietário e observações. O campo “data de recebimento”, na maioria dos objetos, encontrava-se em branco.

A iniciativa de fazer um inventário dos acervos que estão no museu é recente. Muitos deles não possuem carta de doação, termo de empréstimo ou qualquer relação com a missão. Mas, de acordo com a nossa vivência na instituição, devido à pesquisa e estágio curricular, percebemos que há a preocupação de que seja feita a documentação correta desses itens. Em resposta a isso, foi realizado um levantamento de toda a coleção de objetos emprestados pela Sra. Antonia Berchon Sampaio, para que assim que possível, a documentação seja formalizada.

Então, constatamos que o museu não possui uma dimensão total do que lhe pertence. Isso reflete que o museu não possui os procedimentos adequados, do ponto de vista da gestão de acervos, necessitando de uma política apropriada para estabelecer os processos que se deve considerar para realizar as aquisições e a documentação correta dessas. Sem possuir um guia que oriente nos procedimentos, o museu recolheu objetos sem procedência, histórico e documentação adequada (sem termo de empréstimo ou carta de doação); e sem saber se aquele objeto possui alguma relação com a missão (por desconhecer o período).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionamos no decorrer da monografia, a gestão engloba vários eixos de trabalhos dentro de uma instituição, sendo o nosso foco principal o eixo de gerenciamento dos acervos. Citamos o regimento – primordial ferramenta da gestão de acervos nos museus – e as políticas de aquisição e descarte, abordando como a falta desses instrumentos institucionais, causa avarias ao gerenciamento geral em um museu. Como estudo de caso, abordamos o Museu da Baronesa para discutir as referidas questões.

Os nossos objetivos giraram em torno de análises das documentações do museu, tanto museológica quando administrativa. Nossa intenção inicial ao realizar essas análises, seria mostrar a importância das políticas institucionais para os museus. Primeiramente, uma de nossas hipóteses, seria a de que o museu possui incompatibilidades entre as aquisições obtidas de 2005 a 2010, e a proposta do museu⁵⁷. Através da análise das aquisições por doação, a nossa suposição foi refutada, pois todos os objetos adquiridos no período estabelecido estavam de acordo com a filosofia da instituição. Porém, surgiram outras hipóteses no decorrer da pesquisa, as quais foram respondidas posteriormente, com a análise dos dados, como: o museu está recebendo objetos sem saber a procedência e o período, e não está documentando adequadamente esses objetos que adentram às suas portas.

Os parâmetros mínimos para os museus mencionados no transcorrer do nosso trabalho, serviram para nos mostrar como se deve gerir adequadamente uma instituição museológica. Ter uma gestão do acervo é uma estratégia para que se tenha uma conservação e preservação eficaz, o que deveria ser uma das principais preocupações do museu. Sendo assim, precisa-se, primeiramente, estabelecer o regimento, para que sejam dimensionadas as políticas de preservação do acervo, através de medidas que estipularão como lidar com o tema. É necessário que haja uma política relacionada a toda a gestão com o acervo. Essa política servirá como orientação para os funcionários sobre as atividades com o acervo, quanto à conservação, documentação e pesquisa, facilitando o gerenciamento.

Se o museu não possuir um regimento estabelecendo normas, a cada nova gestão, os funcionários não saberão qual a dinâmica das atividades do museu. Ou seja, quais os parâmetros que deverão ser considerados para levar adiante a rotina de trabalho. Percebemos através da análise das documentações, que isso ocorreu no museu, pois, em cada período, foi

⁵⁷ O museu não possui ainda uma missão institucional formalizada.

imposta uma nova interpretação da missão, por ela não estar documentada, reconhecida e formalizada em forma de regimento. É imprescindível, em suma, que se estabeleça o regimento interno, para que o trabalho no museu tenha uma continuidade e que não dependa do protagonismo dos funcionários a cada alternância de gestão. Assim, o funcionamento da instituição passa a ser harmonioso e duradouro. Não apenas servindo como uma descrição das funções, mas também levantando questionamentos que buscam entender os “comos” das atividades museais.

Consideramos como principais tópicos de um regimento, o estabelecimento da vinculação institucional do museu, as competências e funções, o corpo funcional e organograma, além da política de aquisição e descarte. Nesse momento, gostaríamos de sugerir algumas ações que poderão ser utilizadas pelo museu, quando se der a criação da política de aquisição e descarte, podendo essas sanar as questões que apontamos como enfermidades no capítulo 2.

Apesar de o museu viver um impasse em relação a qual seria a sua missão, é imprescindível que se estabeleça a política de aquisição e descarte, mesmo que essa seja reexaminada frequentemente, para adequar-se à realidade do museu. Mas, quando criado o regimento interno, através de uma comissão que incorpore parcelas da sociedade e da comunidade acadêmica que tenha interesse no museu, a missão será revisada, discutida, determinada e documentada, gerando assim um marco no qual o museu se guiará.

Como sugestão, ponderamos que o museu poderia situar, quando se der a criação do seu regimento, informações que são fundamentais sobre a aquisição e descarte de acervos:

- Quais serão as formas de incorporação de acervos (compra, doação, empréstimo, legado, permuta, transferência).
- Qual a documentação que precisa ser elaborada no momento da aquisição (se for doação: carta de doação; se for empréstimo: termo de empréstimo, e assim por diante).
- Quais objetos poderão ser aceitos (de acordo com a tipologia do museu).
- Quais os critérios que serão avaliados (como a pertinência com a proposta da instituição).
- Quem poderá decidir sobre o ingresso dos objetos (o (a) diretor (a) e a comissão de acervos).
- Quais objetos poderão ser descartados e quais os motivos para que esses sejam alienados (seja por não estarem em consonância com a missão do museu ou em precário estado de conservação).

Todos esses critérios precisam estar de acordo com os objetivos do museu, levando em consideração a missão: “Mostrar os Usos e Costumes da Elite Pelotense do final do século XIX até a década de 1930”. Apontamos que essa missão não existe formalmente, podendo ser, inclusive, revisada e aprimorada.

Propomos que o museu tenha os termos de empréstimos e cartas de doação impressas prontas para serem preenchidas, facilitando o trabalho de documentação das aquisições. Recomendaria que o museu estabelecesse campos de informações essenciais, como ter informações sobre o histórico da peça a ser doada ou emprestada.

O museu possui muitos objetos ainda sem documentação de incorporação. É necessário que se faça um levantamento desses itens, identificando pendências relativas à documentação, para ter dimensão total dos objetos que estão sob seus cuidados e também, se esses estão de acordo com a missão do museu. Caso não estejam, poderiam ser descartados e repassados a outras instituições. A decisão sobre o descarte de objetos precisa ser pensada coletivamente. Dentre as formas de descarte (doação, transferência, troca, venda, ou destruição), consideramos mais relevantes, a transferência, troca e doação para outras instituições museológicas, pois a venda e a destruição são questões complicadas, muitas vezes indesejadas e mal vistas, sendo realizadas em último caso.

Assim que um objeto for levado ao museu para avaliação de aceitação ou não, é importante a realização de uma reunião da comissão de acervos. Aproveitamos para aconselhar, que se tenha uma comissão permanente, podendo os membros serem mudados quando necessário, mas que esta seja recorrente nas atividades do museu, sendo estabelecidas reuniões periódicas. Corroboramos que é necessário possuir uma norma que estabeleça a necessidade de uma comissão permanente, no sentido de reunirem-se sempre para a avaliação do acervo, para que as reuniões não sejam esporádicas.

As tomadas de decisões da comissão precisam ser coletivas e com participação comunitária, para que assim as ações museológicas não sejam dinamizadas apenas a certos grupos. Seria interessante a participação de membros da Associação de Amigos do Museu da Baronesa (AMBAR) e da comunidade em geral, além de profissionais que saibam analisar os critérios significativos do objeto que poderá compor o acervo do museu.

O Museu da Baronesa serve de exemplo para que os museus repensem as suas atitudes em termos gerenciais. É necessária uma preocupação com a preservação dos acervos, esta sendo realizada através da salvaguarda, que implica na aquisição de acervos para a instituição. Se o museu não possuir as políticas institucionais que regulam as suas ações, o processo de musealização será afetado, pois, os objetos acabam sendo aceitos quando não

carece (por falta de espaço, por exemplo, implicando o oposto da preservação), não são documentados adequadamente e não possuem informações necessárias para a comunicação com o público.

Através do nosso levantamento histórico sobre como se deu o gerenciamento dos acervos na instituição, percebemos que em certos momentos, e até atualmente, há uma preocupação de estabelecer um regimento e políticas para lidar com o acervo. Entretanto, mesmo não possuindo essas ferramentas, através da diretora e dos estagiários do curso de Museologia (dentre outros cursos), em nosso entendimento, tenta-se ao máximo fazer com que a prática museal cotidiana venha a ser realizada da maneira mais adequada possível à realidade museológica e do museu.

FONTES PRIMÁRIAS

Análise de documentos administrativos:

- Almanaque do museu de 1993;
- Ata de 09/05/91 sobre o Encontro da 7ª Região Museológica;
- Ata de 10/09/91 sobre o Encontro da 7ª Região Museológica;
- Ata de 31/07/91 sobre o Encontro da 7ª Região Museológica;
- Atestado de retirada da coleção de Lourdes Noronha, de 2005;
- Certidão de doação do terreno de 1977;
- Decreto-Lei de criação do museu de 1982;
- Diário de atividades com o acervo, de 2002;
- Diário de atividades com o acervo, de 2003;
- Diário de atividades com o acervo, de 2004;
- Diário de atividades com o acervo, de 2005;
- Dois ofícios sobre a comissão de acervos, de 2002;
- Dois ofícios sobre a criação de comissão de acervos, de 1995;
- Escritura de doação da coleção de Adail Bento Costa de 1982;
- E-mail impresso sobre proposta de doação de coleção, de 2010;
- Histórico sobre o museu de 1982;
- Histórico sobre o museu de 1993;
- Histórico sobre o museu de 1995;
- Livro atas da comissão de acervos, contendo reuniões dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005;
- Livro de registro de objetos emprestados;
- Nove documentos arquivados sobre o “Projeto Repasse” de 1996;
- Ofício de 1994, sobre troca de acervo com a Biblioteca Pública Pelotense;
- Ofício de 1995, sobre baixa de acervo;
- Planejamento das atividades com o acervo, de 2005;
- Projeto “Estudo e organização dos diferentes estilos de mobiliários e acessórios, sua localização, espaço e formas utilizadas nas dependências do Museu Municipal Parque da Baronesa”, de 1986;

- Relação de objetos da coleção Lourdes Noronha, de 2005, sobre os objetos retirados e objetos que permaneceram no museu;
- Relação de objetos do museu de 1993;
- Relação de objetos do museu, de 1984;
- Relação de objetos na casa antes da criação do museu, de 1982;
- Relatório de atividades de 1985;
- Relatório de atividades de 1986;
- Relatório de atividades de 1987;
- Relatório de atividades de 1993;
- Relatório de atividades de 1994;
- Relatório de atividades de 1995;
- Relatório de atividades de 1997;
- Relatório de atividades de 1998;
- Relatório de atividades de 1999;
- Relatório de atividades de 2000;
- Relatório de atividades de 2001;
- Relatório de atividades de 2002;
- Relatório de atividades de 2003;
- Relatório de atividades de 2004;
- Termo de tombamento da casa de 1985;
- Três ofícios sobre a comissão de acervos, de 2004;

Análise de documentos museológicos:

- Carta de doação de objetos, de 2005;
- Duas cartas de doação de objetos, de 2008;
- Duas cartas de doação de objetos, de 2010;
- Dois termos de empréstimo de objetos, de 2005;
- Três cartas de doação de objetos, de 2006;
- Três cartas de doação de objetos, de 2009;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, J. ; FERNANDES, L.; TOSTES, V. Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. V. 27. Rio de Janeiro: O Museu. 1995. p. 61-77.

BRUNO, Maria Cristina O. Definição de Curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: **Cadernos de Diretrizes 2 – Mediação em Museus: Curadorias, Exposições e Ação Educativa**, Belo Horizonte: SUM, 2008.

BRUNO, Maria Cristina O. Museologia: Algumas Idéias para a sua Organização Disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia** Nº 9 – 1996a. p. 9-33.

BRUNO, Maria Cristina O. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. **Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 1996b.

CADERNO de diretrizes museológicas I. 2ª. Ed. Brasília: Ministério da Cultura / IPHAN / DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus. 2006.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: Aquisição/Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CARREÑO, Francisco Javier Zubiaur. **Curso de Museología**. España: Ediciones Trea, 2004.

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios Básicos de Museologia**. Curitiba, Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria do estado da CULTURA, 2006.

EDSON, Gary. Gestão do Museu. IN Boylan, Patrick J. (ed). **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. ICOM, 2004, pp. 145-159

EDSON, Gary.; and DEAN, David. **The Handbook for Museums**, London: Routledge, 1996.

GUARNIERI, W. R. C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, v. 3, p. 7-12, 1990.

IPHAN/MinC. **Manual do Cadastro**. Instruções para o preenchimento dos itens. 2010.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História dos Museus. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas 2**. Ed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. IN Boylan, Patrick J. (ed). **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. ICOM, 2004, pp. 17-31.

LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. **Museu da Baronesa: Acordos e Conflitos na Construção da Narrativa de um Museu Municipal - 1992 a 2004.** 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

LEWIS, Geoffrey. O Papel dos Museus e o Código de Ética Profissional. IN Boylan, Patrick J. (ed). **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** ICOM, 2004, p. 1-16.

LOUREIRO, J. M. M.; Loureiro, M. L. N. M. **Museus e divulgação científica: singularidades da transferência da informação científica em ambiente museológico.** In: _____. VII CINFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação. Salvador, BA. 2007.

MASON, Timothy. **Gestão Museológica: Desafios e Práticas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: British Council: [Fundação] Vitae, 2004.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da museologia** / Peter van Mensch; tradução: Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

PAULA, Débora Clasen de. **Da mãe e amiga Amélia: cartas de uma Baronesa para sua filha.** 2008. 264 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2008.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi.** Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

POSSAS, Helga C. G. Classificar e Ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna.** (Org.) Betânia G. Figueiredo. Belo Horizonte, MG: Argumentvm; Brasília. 239p. Il. – (Scientia/UFMG; 5v). p. 151-162, 2005.

RAFFAINI, P. T. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, 3: 159-164, 1993.

RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVES AND LIBRARIES. **Parâmetros para a Conservação de Acervos/** Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – [São Paulo]: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, [2004]. 154 pp. – (Museologia. Roteiros práticos; 5)

ROBERTS, Andrew. Inventário e Documentação. IN Boylan, Patrick J. (ed). **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** ICOM, 2004, pp. 33-54.

SANJAD, N. ; BRANDAO, C. R. F. . A exposição como processo de comunicação. In: José Neves Bittencourt. (Org.). **Caderno de Diretrizes Museológicas 2.** Mediação em Museus: curadorias, exposições e ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2008, p. 24-33.

Subsídios para a criação de Museus Municipais / CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (organizadores). Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. 40p.

TOSTES, Vera Lúcia. O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apego devorador? In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, p. 74-80, Brasília, DF: MINC/IPHAN, 2005.

TRÉPANIÉ, P. Nopeen L. L'objet de muse: de l'objet témoin à l'objet dialogue. In: **Forces**. Quebec, 1990.

Fontes Documentais:

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.** Disponível em: <http://www1.museus.gov.br/IBRAM/PAG/legislacao_detalhe.asp?cn=32> Acesso em: 03 de outubro de 2010.

ICOM. **Código de Ética para Museus.** Disponível em: <<http://www.icom.org.br/codigoeticaICOM2006.pdf>> Acesso em: 03 de outubro de 2010.

Fontes de Internet:

Sistema Estadual De Museus. Disponível em: <<http://www.sistemademuseus.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 abril 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus.** Disponível em: <http://www1.museus.gov.br/IBRAM/doc/publicacoes/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em: 06 abril 2011.

O Ciclo Do Charque. Disponível em: <<http://www.ufpel.tche.br/pelotas/charque.html>>. Acesso em: 25 abril 2011.

Museu Municipal Parque da Baronesa. Disponível em: <<http://www.museudabaronesa.com.br>>. Acesso em: 25 abril 2011.

Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/cnm_conhecaosmuseus.htm> Acesso em: 05 maio 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Decreto-Lei de Criação do Museu Municipal Parque da Baronesa**Site de Pelotas: <http://www.pelotas.com.br>****DECRETO N° 3.069**

Institui, no âmbito da Fundação de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Pelotas – FUNDAPEL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o "MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA", devendo funcionar na Avenida Domingos de Almeida, nº 1.490.

Art. 2º - O "MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA" será gerido pela FUNDAPEL – Fundação de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Pelotas, constituindo-se uma das coordenadorias do Departamento de Cultura.

Art. 3º - A entidade terá como objetivo a criação de um espaço cultural destinado a coletar, preservar e expor os bens que constituem o acervo do MUSEU, promovendo atividades com vista à sua difusão, caracterizando-o como um espaço didático, e com atração turística.

Art. 4º - Fica autorizada a FUNDAPEL a propor abertura de crédito em valor a ser fixado, mediante a apresentação do projeto, destinado a fazer frente a despesas de conservação do prédio e bens colocados à disposição no Museu.

Art. 5º - O Diretor-Presidente da FUNDAPEL indicará o Chefe da Coordenadoria do Museu Municipal Parque da Baronesa.

Parágrafo Único – Ao Chefe da Coordenadoria do Museu caberá:

I – Planejar e gerenciar as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria, notadamente a administração do Museu;

II – Desenvolver uma programação de eventos que apoie as finalidades básicas do Museu;

III – Zelar pela preservação e conservação do prédio e dos bens colocados a disposição no Museu, promovendo, quando necessário, sua restauração, manutenção ou reforma;

IV – Promover atividades junto ao Sistema de Ensino com vistas à difusão do Museu junto à população estudantil;

V – Realizar estudos e pesquisas que possam aprofundar e aprimorar o conhecimento sobre o patrimônio do Museu;

VI – Possibilitar e programar a realização de cursos, simpósios, seminários, debates e atividades que caracterizem o Museu como espaço didático;

VII – Promover intercâmbio com outras entidades da mesma natureza e com pesquisadores e estudiosos de Museologia;

VIII – Articular-se com o Departamento de Lazer e com o Departamento de

Turismo da FUNDAPEL, para promoções conjuntas, e inclusão do Museu como atração turística.

Art. 6º - O MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA estará aberto a entidades da mesma natureza e a pesquisadores e estudiosos de Museologia.

Art. 7º - As despesas decorrentes da implantação do projeto correrão à conta de dotação orçamentária suplementar à FUNDAPEL, e de receitas próprias a serem geradas na forma dos artigos 12 e 13 da Lei nº 3.484, de 12 de fevereiro de 1992.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE PELOTAS, EM 15 DE ABRIL DE 1992.

JOSÉ ANSELMO RODRIGUES
Prefeito

Registre-se e publique-se

EDMUNDO WENDT
Secretário de Governo

Anexo 2: Modelo de contrato de comodato utilizado pelo Museu da Baronesa**Documentação Museológica do Museu Municipal Parque da Baronesa****TERMO DE COMODATO**

O Museu Municipal Parque da Baronesa (Comodatário) recebeu de _____ (Comodante), (endereço e telefone) os objetos em lista anexa, para utilizar em suas exposições no período de _____ a _____.

Durante este período de tempo, a custódia dos objetos corre por conta do Museu Comodatário, responsabilizando-se por danos que possam ocorrer aos mesmos.

Fica determinada, entre a Comodante e o Comodatário, a isenção de ambos quanto à responsabilidade decorrente da deterioração inerente e gradativa a que estão sujeitos todos os objetos.

Qualquer dano sofrido durante a custódia dos objetos será imediatamente comunicado a Comodante.

Fica acordado que os objetos emprestados poderão ser fotografados ou reproduzidos pelo Museu Comodatário para fins educativos, de catálogo, de publicidade, etc.

Salvo recomendação contrária, o Comodatário só poderá entregar os objetos emprestados ao Comodante. Se o Comodatário não conseguir contatar o Comodante dentro do prazo previsto para o empréstimo, os objetos ficarão sob a guarda do Museu Comodatário por risco e expensas do Comodante.

Havendo mudança legal de proprietário durante o período de empréstimo, o novo dono deverá apresentar provas legais e satisfatórias ao Comodatário.

Pelotas, __ de _____ de _____.

(Nome do comodante)
RG n°

Annelise Costa Montone
Diretora do Museu Municipal Parque da Baronesa
RG n°

Mogar Pagana Xavier
Secretário Municipal de Cultura
RG n°

Anexo 3: Modelo de carta de doação utilizado pelo Museu da Baronesa

Documentação Museológica do Museu Municipal Parque da Baronesa

MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA

CERTIFICADO DE DOAÇÃO

Eu _____
residente à rua _____, nº -
_____, cidade de _____, proprietário (a) do (s) bem
(ens) abaixo descrito (s), e tendo autoridade legal para dele (s) me desfazer, expresso por
meio deste o desejo de doá-lo (s) incondicionalmente ao Museu Municipal Parque da
Baronesa.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(ENS) DOADO(S):

Para levar a cabo este meu desejo, por este instrumento, dou, transfiro e destino a dita propriedade, livre de qualquer ônus, renunciando a toda propriedade, direitos, títulos e posse, tudo de conformidade com o Código Civil Brasileiro.

Declaro também que a doação da citada propriedade não obriga o doado a conceder, ao doador e herdeiros, qualquer privilégio.

Declaro também, que o sistema de catalogação utilizado pelo Museu Municipal Parque da Baronesa requer que meu nome e endereço sejam mantidos nos arquivos da instituição e que isto não significa uma invasão de minha privacidade.

Pelotas, RS, de de .

Testemunhas:

RG: _____

RG: _____